

Boa Vista Serviços
S.A.

**Demonstrações financeiras
exercícios findos em 31 de
dezembro de 2019, 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	22
Balanço patrimonial	26
Demonstrações do resultado	27
Demonstrações do resultado abrangente	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	29
Demonstrações dos fluxos de caixa	30
Demonstrações do valor adicionado	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras	32

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Boa Vista Serviços S.A. (“Boa Vista”, “Companhia”) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Informações Contábeis relativas exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 (“2019”) comparativamente a 31 de dezembro de 2018 (“2018”) e 31 de dezembro de 2017 (“2017”).

Com operações desde 2010 e sob a liderança estratégica do fundo de *private equity* TMG Capital, a Companhia se tornou a segunda maior empresa no setor de gestão e análise de dados no Brasil, e a de maior crescimento do setor nos últimos cinco anos, ambos em termos de receita líquida¹. A Companhia evoluiu a partir de um serviço tradicional de proteção de crédito, presente há mais de 60 anos no mercado brasileiro e com presença em todos os Estados do país. Atuando inicialmente na redução da assimetria de informações entre participantes de diversos mercados, com foco no crédito, tornando a prospecção de clientes, a análise e a recuperação de crédito mais seguras e acessíveis através da oferta de diversos produtos tradicionais de birô de crédito. Valendo-se de sua vasta experiência com clientes atuantes em diferentes setores econômicos, inicialmente no varejo mas atualmente incorporando participações significativas em todos os segmentos da economia, desde grandes conglomerados financeiros, bancos, prestadores de serviços financeiros, até *fintechs*, seguradoras, e prestadoras de serviços de telecomunicações e energia, a Companhia agora cada vez menos fornece dados brutos e em seu lugar estrutura informações como só uma parte de soluções com conteúdo cada vez mais analítico sobre pessoas físicas e jurídicas, gerando conhecimento de maior profundidade que possibilita a seus clientes tomar melhores decisões na condução de seus negócios.

Diferenciamo-nos pela capacidade analítica em gerar soluções de maior valor agregado, pela flexibilidade no desenvolvimento de soluções diferenciadas para os nossos clientes aliadas inteligência analítica e o estado da arte da tecnologia, e o aplica não só à base de dados de seus clientes, mas também à sua base proprietária de dados, que atualmente abrange registros de aproximadamente 240 milhões de pessoas físicas e 40 milhões de pessoas jurídicas.

A Companhia é precursora na gestão de Cadastro Positivo no Brasil, o que a torna protagonista em seu mercado, a habilita a ser a provedora de soluções preferencial das *fintechs* atuantes no Brasil, e a capacita a conceber e ofertar uma ampla gama de soluções de informação que visam a respaldar as decisões estratégicas de seus clientes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2019 a Boa Vista seguiu sua estratégia de fortalecimento do “*Core Business*”, ampliando as vendas de produtos com componentes analíticos e intensificando a migração de comunicados físicos para os meios digitais, ações que ampliaram nossas margens operacionais, bem como a aderência de nossos produtos às necessidades de nossos clientes.

¹ Com base em informações constantes das demonstrações financeiras publicadas por nossos principais concorrentes.

A Administração entende que a modificação da Lei do Cadastro Positivo, aprovada em 2019, traz uma oportunidade ímpar de crescimento para seus negócios a se iniciar em 2020. Com essa premissa, realizamos durante o ano investimentos e ações de reestruturação necessários em pessoal, produtos e infraestrutura para o recebimento, armazenamento, processamento e análise das novas informações. Entendemos que esses investimentos e gastos operacionais adicionais trarão maior nível de assertividade e acurácia aos nossos produtos, fornecendo maior retorno sobre o investimento de nossos clientes e consequentemente nos permitindo uma precificação diferenciada para esses novos produtos. Frente a essa nova realidade a Boa Vista também acelerou sua transformação digital, um movimento em direção à computação em nuvem e trabalho em metodologia ágil, que visa promover ainda mais a inovação, trabalho em equipe, agilidade e, assim, acelerando os resultados da Companhia. Essa jornada se iniciou neste ano e se estenderá durante o ano de 2020, onde pretendemos captar os efeitos positivos desse movimento transformacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Diretoria da Companhia revisa regularmente as métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar os seus negócios.

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de capital de giro e de investimentos para execução do seu plano de negócios.

As métricas não contábeis incluídas neste relatório, tais como, EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado ⁽⁸⁾, entre outras, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeiras e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela Administração:

Dados financeiros	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em milhares de R\$, exceto quando indicado diversamente)		
Receita Líquida	661.863	600.515	572.019
<i>Serviços para Decisão</i>	528.605	463.160	407.274
<i>Serviços de Recuperação</i>	133.258	137.355	164.745
Lucro Líquido	74.432	47.092	17.188
Capital circulante líquido ⁽¹⁾	(77.336)	79.572	(29.144)
Índice de Liquidez corrente ⁽²⁾	0,69	1,55	0,84
Índice de endividamento total ⁽³⁾	1,22	1,01	1,00
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	285.193	233.445	184.949
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	43,1%	38,9%	32,3%
Dívida Bruta ⁽⁶⁾	290.679	262.322	236.809
Dívida Líquida ⁽⁷⁾	233.832	144.237	184.724
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado ⁽⁸⁾	0,82x	0,62x	1,00x

⁽¹⁾ O Capital circulante líquido da Companhia é calculado como ativo circulante menos passivo circulante. Demonstramos abaixo a reconciliação do índice para as demonstrações financeiras.

(em R\$ mil)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo Circulante	174.208	224.712	156.434
Passivo Circulante	251.544	145.140	185.578
Capital Circulante Líquido	(77.336)	79.572	(29.144)

(2) O índice de Liquidez Corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Demonstramos abaixo a reconciliação do índice para as demonstrações financeiras.

(em R\$ mil)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo Circulante	174.208	224.712	156.434
Passivo Circulante	251.544	145.140	185.578
Índice de Liquidez Corrente	0,69	1,55	0,84

(3) O Índice de endividamento total corresponde a soma do passivo circulante e do passivo não circulante, dividida pelo patrimônio líquido. Demonstramos abaixo a reconciliação do índice para as demonstrações financeiras.

(em R\$ mil)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivo Circulante	251.544	145.140	185.578
Passivo Não Circulante	175.927	240.260	159.423
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	427.471	385.400	345.001
Patrimônio Líquido	350.944	381.800	345.193
Índice de Endividamento Total	1,22	1,01	1,00

(4) O EBITDA Ajustado é composto pelo lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização (EBITDA) descontado do resultado líquido das operações descontinuadas. Os valores mencionados no EBITDA Ajustado não são uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(5) A Margem EBITDA Ajustado é índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado por entender ser um bom indicador de margem operacional com a adequada comparabilidade das operações continuadas. Demonstramos abaixo a reconciliação do índice para as demonstrações financeiras. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(6) A Dívida Bruta é definida como Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes acrescidos das Debêntures circulantes e não circulantes e Arredamentos mercantis circulante e não circulante. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(7) A Dívida Líquida é definida como Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes acrescidos das Debêntures circulantes e não circulantes e Arredamentos mercantis circulante e não circulante, subtraída do Caixa e equivalentes de caixa. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(8) O índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado do exercício social. O índice não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido da Companhia foi de R\$ 74.432 mil, representando um aumento de R\$ 27.340 mil em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 285.193 mil, ou seja, R\$ 51.748 mil superior ao apresentado no exercício anterior. Tal aumento se deve primordialmente ao crescimento da receita líquida da Companhia que alcançou R\$ 661.863 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparada com R\$ 600.515 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a redução dos custos dos serviços com relação à receita líquida de serviços prestados em 4,40% comparada ao ano anterior, que contribuíram para o aumento da margem operacional da Companhia, que atingiu 20,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparada a 15,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Com relação à posição patrimonial da Companhia, houve uma redução de R\$ 156.908 mil no capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2019 comparado com 31 de dezembro de 2018, resultando em queda no índice de liquidez corrente, tendo passado para 0,69 em 31 de dezembro de 2019, comparado a 1,55 em 31 de dezembro de 2018 e crescimento do índice de endividamento total para 1,22 em 31 de dezembro de 2019, comparado a 1,01 em 31 de

dezembro de 2018, devido a: (i) redução de R\$ 61.238 mil no caixa e equivalentes de caixa, majoritariamente influenciada pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 95.104 mil; (ii) um aumento de R\$ 65.479 mil de debêntures registradas no passivo circulante, quando comparado a 31 de dezembro de 2018 devido a reclassificação das parcelas de longo prazo para o curto prazo dada a aproximação dos vencimentos dos pagamentos desse instrumento e (b) apropriação dos juros a pagar, registrados pelo regime de competência; e (iii) um aumento de R\$ 26.889 mil na linha de empréstimos e financiamentos, influenciada pela captação de duas linhas de capital de giro para prover o conforto de caixa necessário para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

A dívida bruta da Companhia apresentou crescimento de R\$ 28.357 mil, que adicionalmente às novas linhas de capital de giro, foi influenciada pelo impacto de R\$ 20.750 mil de Arrendamento mercantil pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do IFR16 /CPC 06 (R2) ("CPC 06 (R2)"). A dívida líquida aumentou R\$ 89.595 mil, influenciada pela redução de R\$ 61.238 mil do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, pelo pagamento de dividendos intermediários e referentes a exercícios anteriores, somado ao impacto da adoção do CPC 06 (R2), que não possui contrapartida de caixa. O índice Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado cresceu para 0,82x em 31 de dezembro de 2019 quando comparado a 0,62x em 31 de dezembro de 2018, dado o crescimento do da Dívida líquida ter superado em R\$ 37.847 mil o crescimento do EBITDA Ajustado no período.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido da Companhia foi de R\$ 47.092 mil, superior R\$ 29.904 mil em relação ao exercício de 2017. O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 233.445 mil, ou seja, R\$ 48.496 mil maior que o apresentado no exercício anterior. Tal aumento se deve ao crescimento da receita líquida de serviços da Companhia de R\$ 600.515 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparada com R\$ 572.019 mil do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e redução dos custos dos serviços prestados de R\$ 352.196 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 367.770 mil do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Com relação à posição patrimonial da Companhia, houve um aumento de R\$ 108.716 mil no capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de dezembro de 2017; um aumento no índice de liquidez corrente para 1,55 em 31 de dezembro de 2018 frente a 0,84 em 31 de dezembro de 2017 e o índice de endividamento total permaneceu constante, devido a (i) um aumento de R\$ 66.000 mil no caixa e equivalentes de caixa e (ii) uma queda de R\$ 52.780 mil de debêntures registradas no passivo circulante, quando comparado a 31 de dezembro de 2017.

A dívida bruta e a dívida líquida da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 25.513 mil e redução de R\$ 40.487 mil, respectivamente, devido à aprovação da captação, em 5 de dezembro de 2018, de R\$ 190.000 mil referentes à 3ª emissão de debêntures simples da Companhia. Em decorrência dos eventos explicados anteriormente, houve uma redução no índice Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado de 0,62x em 31 de dezembro de 2018 para 1,00x em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ mil)	2019	AV	2018	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	661.863	100,0%	600.515	100,0%	10,2%
Custo dos Serviços Prestados	(358.754)	-54,2%	(352.196)	-58,6%	1,9%
LUCRO BRUTO	303.109	45,8%	248.319	41,4%	22,1%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(59.033)	-8,9%	(59.868)	-10,0%	-1,4%
Gerais e administrativas	(107.020)	-16,2%	(94.806)	-15,8%	12,9%
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(567)	-0,1%	172	0,0%	-429,7%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	136.489	20,6%	93.817	15,6%	45,5%
Receitas financeiras	6.049	0,9%	4.320	0,7%	40,0%
Despesas financeiras	(29.117)	-4,4%	(30.365)	-5,1%	-4,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(23.068)	-3,5%	(26.045)	-4,3%	-11,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	113.421	17,1%	67.772	11,3%	67,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.989)	-5,9%	(20.998)	-3,5%	85,7%
LUCRO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	74.432	11,2%	46.774	7,8%	59,1%
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	318	0,1%	-100%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	74.432	11,2%	47.092	7,8%	58,1%

Receita líquida de serviços

Apresentamos abaixo a desagregação da Receita líquida de serviços por Grupo de produtos da Companhia:



A Receita líquida de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 661.863 mil comparativamente a R\$ 600.515 mil no ano de 2018, representando um crescimento de R\$ 61.348 mil, ou 10,2%. Este aumento foi atribuído substancialmente a: (i) o desempenho do Grupo de produtos de Serviços para Decisão, que cresceu R\$ 65.445 mil ou 14,1% frente ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a: (a) o incremento de

participação das soluções analíticas que cresceram 45,5% ou R\$ 87.666 mil; (b) o decréscimo de 14,1% ou R\$ 33.011 mil em relatórios de risco, influenciados pela migração desses produtos para soluções de análise; e (c) pelo crescimento de 30,3% ou R\$ 10.896 mil de soluções de marketing ; e (ii) decréscimo da receita do Grupo de Serviços de Recuperação, que foi de R\$ 133.258 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 137.355 mil no mesmo período de 2018, essa queda de R\$ 4.097 mil, ou 3,0%, é resultado da migração para meios digitais dos avisos impressos, que decresceram 19,7% ou R\$ 23.937 mil, parcialmente compensados pelo aumento dos avisos por meios digitais, que cresceram 123,0%, ou R\$ 19.840 mil.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 358.754 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 frente a R\$ 352.196 mil no mesmo período de 2018, acréscimo de R\$ 6.558 mil, ou 1,9%, devido majoritariamente aos aumentos: (i) de R\$ 15.617 mil em custos de Prestação de Serviços ligados a fornecedores de infraestrutura de tecnologia da informação, parcialmente impactados pela preparação para o Cadastro Positivo; (ii) de R\$ 8.669 mil em gastos com pessoal, influenciado por custos de rescisão de contratos de trabalho em virtude da reestruturação de times visando acelerar a transformação digital da Companhia; e (iii) de R\$ 7.717 mil em depreciação e amortização principalmente relacionada à base de dados e informações, parcialmente compensados pela queda nos custos variáveis e de cartas de cobrança no montante de R\$ 24.773 mil, ou 24,9%, resultado das ações de migração dos envios de avisos por meio físico para a forma digital.

Lucro bruto

O Lucro bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 303.109 mil frente a R\$ 248.319 mil no mesmo período de 2018, representando um crescimento de R\$ 54.790 mil ou 22,1%. O Lucro bruto representou 45,8% e 41,4% da receita líquida de serviços exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Este aumento, tanto nominal quanto de margem, deve-se, principalmente, ao crescimento de 10,2% da receita líquida, 8,3 pontos percentuais superior ao crescimento de 1,9% nos custos dos serviços prestados dada a capacidade de alavancagem operacional da Companhia, devido ao quase inexistente custo marginal para novas consultas a modelos validados em nossas soluções para a geração de Receitas.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 59.033 mil, comparativamente a R\$ 59.868 mil no mesmo período de 2018, decréscimo de R\$ 835 mil ou 1,4%. As Despesas com vendas representaram 8,9% e 10,0% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Essa redução deve-se principalmente a variação de despesas relacionadas ao comissionamento de vendas efetuadas por distribuidores, que apresentaram redução de R\$ 3.033 mil em entidades e foram parcialmente compensadas pelo aumento de R\$ 1.416 em Representantes e Parceiros, ambas devidas à reformulação do modelo de remuneração baseado em performance.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 107.020 mil, representando crescimento de R\$ 12.214 mil ou 12,9% quando comparada a R\$ 94.806 mil no ano de 2018. As Despesas gerais e administrativas representaram 16,2% e 15,8% da receita líquida de serviços exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento deve-se, principalmente, a: (i) aumento em despesas com pessoal de R\$ 5.569 mil, resultado de custos de desligamento, novas contratações e estruturação dos times de Cadastro Positivo e da transformação digital; (ii) aumento de R\$ 3.921 mil em custos relativos à atualização e à constituição de provisões para contingências; (iii) aumento de R\$ 2.826 mil em despesas com prestação de serviços, principalmente pelo início da migração de modelo de tecnologia da informação adotado pela Companhia, que está substituindo o modelo de aquisição de máquinas para o modelo em nuvem.

Resultado financeiro líquido

A despesa financeira líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 23.068 mil comparativamente a R\$ 26.045 mil no ano de 2018, decréscimo de R\$ 2.977 mil ou 11,4%, que é atribuído principalmente à redução de R\$ 5.353 em encargos financeiros sobre empréstimos e pelo acréscimo de rendimentos de aplicações financeiras de R\$ 2.779 mil, parcialmente compensados pelos aumentos de R\$ 4.141 mil em encargos financeiros sobre debêntures e de R\$ 1.355 em arrendamento mercantil, influência da adoção do CPC 06 (R2). A despesa financeira líquida representou 3,5% e 4,3% da receita líquida de serviços exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38.989 mil comparativamente a R\$ 20.998 mil no mesmo período de 2018, representando um crescimento de R\$ 17.991 mil ou 85,7%. A alíquota efetiva do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de 34,4% comparado a 31,0% no mesmo período do ano anterior. O aumento da despesa de imposto de renda e contribuição social é explicado pelo crescimento do lucro antes dos impostos para R\$ 113.421 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 frente a R\$ 67.772 mil no ano de 2018, e a variação na alíquota efetiva deve-se principalmente ao aumento de despesas não dedutíveis de R\$ 1.826 mil e a redução de R\$ 586 mil em incentivos fiscais quando comparados ao ano anterior.

Lucro líquido do período

O Lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 74.432 mil comparado a R\$ 47.092 mil no ano de 2018, representando crescimento de R\$ 27.340 mil, ou 58,1%. O Lucro do período representou 11,2% e 7,8% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. A variação desta linha decorre dos fatores descritos acima, somados à redução de R\$ 318 mil do resultado líquido das operações descontinuadas.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ mil)	2018	AV	2017	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	600.515	100,0%	572.019	100,0%	5,0%
Custo dos Serviços Prestados	(352.196)	-58,6%	(367.770)	-64,3%	-4,2%
LUCRO BRUTO	248.319	41,4%	204.249	35,7%	21,6%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(59.868)	-10,0%	(67.507)	-11,8%	-11,3%
Gerais e administrativas	(94.806)	-15,8%	(80.648)	-14,1%	17,6%
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	172	0,0%	(83)	0,0%	n.m.
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	93.817	15,6%	56.011	9,8%	67,5%
Receitas financeiras	4.320	0,7%	1.700	0,3%	154,1%
Despesas financeiras	(30.365)	-5,1%	(34.286)	-6,0%	-11,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(26.045)	-4,3%	(32.586)	-5,7%	-20,1%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67.772	11,3%	23.425	4,1%	189,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.998)	-3,5%	(8.064)	-1,4%	160,4%
LUCRO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	46.774	7,8%	15.361	2,7%	204,5%
Resultado líquido das operações descontinuadas	318	0,1%	1.827	0,3%	-82,6%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	47.092	7,8%	17.188	3,0%	174,0%

Receita líquida de serviços

Apresentamos abaixo a desagregação da Receita líquida de serviços por Grupo de produtos da Companhia:



A Receita líquida de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 600.515 mil, comparativamente a R\$ 572.019 mil no exercício de 2017, o que representou uma variação de R\$ 28.496 mil, ou 5,0%. Este aumento foi influenciado pelo crescimento da receita com Serviços para Decisão de R\$ 55.886 mil ou 13,7%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 57.677 mil nas receitas oriundas de nosso Grupo de Soluções Analíticas e de R\$ 11.248 mil nas receitas oriundas de nosso Grupo de Soluções de Marketing, devido à estratégia

de vendas da Companhia com foco em soluções de análise, parcialmente compensado pela queda nas receitas oriundas de relatórios de risco de R\$ 13.089 mil. As receitas oriundas do nosso Grupo de Serviços de Recuperação foi de R\$ 137.355 mil em 2018, redução de R\$ 27.390 mil, ou 16,6%, comparada a R\$ 164.745 mil em 2017. Essa queda é parte da estratégia de ganho de margem bruta, com a migração dos avisos físicos para o meio digital, que resultou em uma redução de receitas de soluções impressas e relatórios de R\$ 37.919 mil, ou 23,8%, consequentemente as receitas de solução digital, que receberam o foco do time de vendas, aumentaram R\$ 10.529 mil, ou 188,0%, entre os exercícios.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 352.196 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$ 367.770 mil em 2017, decréscimo de R\$ 15.574 mil, ou 4,2%, devido à queda nos custos de impressão e postagem de cartas em R\$ 52.674 mil, resultado das ações de migração dos envios de avisos por meio físico para a forma digital, parcialmente compensada pelo aumento de (i) R\$ 23.317 mil em custos de Prestação de Serviços, ligados a fornecedores de infraestrutura de tecnologia da informação e (ii) R\$ 11.365 mil de depreciação e amortização de base de dados e informações.

Lucro bruto

O Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 248.319 mil comparativamente a R\$ 204.249 mil no exercício de 2017, representando um crescimento de R\$ 44.070 mil ou 21,6%. O Lucro bruto representou 41,4% e 35,7% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. Este aumento deve-se, principalmente, ao crescimento de 5,0% da receita e redução de 4,2% no custo, como explicado anteriormente.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 59.868 mil comparativamente a R\$ 67.507 mil no exercício de 2017, o que representou uma redução de R\$ 7.639 mil, ou 11,3%. As Despesas com vendas representaram 10,0% e 11,8% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. A queda deve-se principalmente a: (i) redução de R\$ 2.992 mil das despesas de remuneração de entidades, que revendem produtos da Companhia, devido à alteração no modelo de remuneração; (ii) redução de R\$ 2.721 mil de despesas com pessoal da equipe de vendas, e (iii) decréscimo de R\$ 1.380 mil de despesas de comissões com representantes e parceiros, resultado da alteração no modelo de atuação comercial.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 94.806 mil comparadas a R\$ 80.648 mil no exercício de 2017, representando um aumento de R\$ 14.158 mil, ou 17,6%. As Despesas gerais e administrativas representaram 15,8% e 14,1% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente a: (i) crescimento das despesas com pessoal em R\$ 7.352 mil, devido à contratação de novos

colaboradores, e (ii) aumento de R\$ 3.448 mil de gastos com consultorias e assessorias, substancialmente, relacionadas a análises de novos negócios, legislações e tributos.

Resultado financeiro líquido

A despesa financeira líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.045 mil, comparativamente a R\$ 32.586 mil no exercício de 2017, representando uma redução de R\$ 6.541 mil, ou 20,1%, que é atribuída principalmente a: (i) queda de R\$ 2.639 mil com despesas de juros e multas passivas; (ii) R\$ 441 mil de encargos financeiros sobre empréstimos e debêntures; e (iii) aumento das receitas financeiras com juros e multas sobre contratos em R\$ 1.232 mil e rendimentos sobre aplicações financeiras em R\$ 1.388 mil. A despesa financeira líquida representou 4,3% e 5,7% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 20.998 mil comparado a R\$ 8.064 mil no exercício de 2017, representando crescimento de R\$ 12.934 mil, ou 160,4%. A alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2018 foi de 30,98% comparada a 34,42% no exercício anterior. O aumento da despesa de imposto de renda e contribuição social é explicado pelo crescimento do lucro antes dos impostos para R\$ 67.772 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$ 23.425 mil no exercício social de 2017 e a variação na alíquota efetiva deve-se ao efeito dos incentivos fiscais de R\$ 2.449 mil no exercício social encerrado em 2018 comparado com R\$ 262 mil no exercício de 2017.

Lucro das Operações Continuadas

O Lucro das operações continuadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 46.774 mil comparativamente a R\$ 15.361 mil do mesmo período de 2017, representando uma variação de R\$ 31.413 mil ou 204,5%. O Lucro das operações continuadas representou 7,8% e 2,7% da receita líquida de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação desta linha decorre dos fatores descritos acima.

Lucro das Operações Descontinuadas

O Lucro das operações descontinuadas refere-se ao resultado do segmento de certificação digital alienado em 23 de outubro de 2017.

Lucro do exercício

O Lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 47.092 mil comparativamente a R\$ 17.188 mil no mesmo período de 2017, representando uma variação de R\$ 29.904 mil, ou 174,0%. O Lucro do exercício representou 7,8% e 3,0% da receita líquida de serviços dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação desta linha decorre dos fatores descritos acima, somados à redução de R\$ 1.509 mil do resultado líquido das operações descontinuadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R\$ mil)	31/12/ 2019	AV	31/12/ 2018	AV	31/12/ 2017	AV	AH 2019 vs. 2018	AH 2018 vs. 2017
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	56.847	7,3%	118.085	15,4%	52.085	7,5%	-51,9%	126,7%
Contas a receber	100.131	12,9%	95.789	12,5%	87.966	12,7%	4,5%	8,9%
Insumos para prestação de serviços	-	-	-	-	468	0,1%	-	-100,0%
Partes relacionadas	-	-	-	-	543	0,1%	-	-100,0%
Despesas antecipadas	14.465	1,9%	6.446	0,8%	12.629	1,8%	124,4%	-49,0%
Impostos a recuperar	1.431	0,2%	2.403	0,3%	736	0,1%	-40,4%	226,5%
Outros ativos	1.334	0,2%	1.989	0,3%	2.007	0,3%	-32,9%	-0,9%
Total do ativo circulante	174.208	22,4%	224.712	29,3%	156.434	22,7%	-22,5%	43,6%
NÃO CIRCULANTE								
Contas a receber	6.912	0,9%	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	740	0,1%	732	0,1%	-100,0%	1,1%
Depósitos judiciais	8.637	1,1%	5.554	0,7%	3.025	0,4%	55,5%	83,6%
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.945	2,4%	26.968	3,5%	31.309	4,5%	-29,8%	-13,9%
Imobilizado	27.706	3,6%	12.002	1,6%	12.084	1,8%	130,8%	-0,7%
Intangível	542.007	69,6%	497.224	64,8%	486.360	70,5%	9,0%	2,2%
Outros ativos	-	-	-	-	250	0,0%	-	-100,0%
Total do ativo não circulante	604.207	77,6%	542.488	70,7%	533.760	77,3%	11,4%	1,6%
TOTAL DO ATIVO	778.415	100,0%	767.200	100,0%	690.194	100,0%	1,5%	11,2%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/ 2019	AV	31/12/ 2018	AV	31/12/ 2017	AV	AH 2019 vs. 2018	AH 2018 vs. 2017
CIRCULANTE								
Fornecedores	40.714	5,2%	39.394	5,1%	54.194	7,9%	3,4%	-27,3%
Empréstimos e financiamentos	69.160	8,9%	42.271	5,5%	40.222	5,8%	63,6%	5,1%
Arrendamentos mercantil	6.562	0,8%	-	-	-	-	-	-
Debêntures	65.479	8,4%	-	-	52.780	7,6%	-	-100,0%
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	29.747	3,8%	25.274	3,3%	24.006	3,5%	17,7%	5,3%
Provisões	12.172	1,6%	6.357	0,8%	4.217	0,6%	91,5%	50,7%
Partes relacionadas	-	-	1.720	0,2%	2.412	0,3%	-100,0%	-28,7%
Adiantamentos de clientes	4.811	0,6%	15.742	2,1%	3.929	0,6%	-69,4%	300,7%
Dividendos a pagar	20.537	2,6%	11.184	1,5%	311	0,0%	83,6%	3496,1%
Outras contas a pagar	2.362	0,3%	3.198	0,4%	3.507	0,5%	-26,1%	-8,8%
Total do passivo circulante	251.544	32,3%	145.140	18,9%	185.578	26,9%	73,3%	-21,8%
NÃO CIRCULANTE								
Debêntures	124.880	16,0%	186.786	24,3%	93.244	13,5%	-33,1%	100,3%
Empréstimos e financiamentos	10.410	1,3%	33.265	4,3%	50.563	7,3%	-68,7%	-34,2%
Arrendamento mercantil	14.188	1,8%	-	-	-	-	-	-
Provisões	26.449	3,4%	20.209	2,6%	15.616	2,3%	30,9%	29,4%
Total do passivo não circulante	175.927	22,6%	240.260	31,3%	159.423	23,1%	-26,8%	50,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	202.129	26,0%	202.129	26,3%	202.129	29,3%	0,0%	0,0%
Reservas de capital	140.344	18,0%	140.126	18,3%	139.737	20,2%	0,2%	0,3%
Reserva de lucros	8.471	1,1%	39.545	5,2%	3.327	0,5%	-78,6%	1088,6%
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	350.944	45,1%	381.800	49,8%	345.193	50,0%	-8,1%	10,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	778.415	100,0%	767.200	100,0%	690.194	100,0%	1,5%	11,2%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 174.208 mil, em comparação a R\$ 224.712 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representou 22,4% em 31 de dezembro de 2019 e 29,3% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R\$ 50.504 mil ou 22,5%, foi principalmente devida à diminuição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 61.238 mil ou 51,9%, utilizado substancialmente para aquisição de intangíveis, principalmente relacionados à base de dados, no valor de R\$ 184.423 mil, pagamento de dividendos de R\$ 95.104 mil e pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 62.779 mil, parcialmente compensados pelo caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 218.707 mil e a captação de empréstimos e financiamentos de R\$ 71.570 mil, que afetaram o caixa da Companhia. Em contrapartida à redução, a conta de despesas antecipadas cresceu R\$ 8.019 mil, influenciada por investimentos em assessoria financeira, jurídica e de governança e auditoria.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante totalizou R\$ 604.207 mil, em comparação a R\$ 542.488 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representou 77,6% em 31 de dezembro de 2019 e 70,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$ 61.719 mil ou 11,4%, decorreu principalmente do aumento de: (i) R\$ 44.783 mil de intangível (líquido de amortização do período), influenciado em especial pelas contas de intangível em andamento, que cresceu R\$ 34.325 mil em virtude de investimentos para o Cadastro Positivo e de aumento de base de dados, que cresceu R\$ 15.926, pelo incremento de informações adquiridas e (ii) R\$ 15.704 mil de imobilizado, impactado pelo registro de R\$ 11.958 mil referente à soma de adições líquidas do imobilizado do aluguel, referente à sede da Companhia em Alphaville em decorrência da adoção da norma do CPC 06 (R2).

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 251.544 mil, em comparação a R\$ 145.140 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 32,3% em 31 de dezembro de 2019 e 18,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$ 106.404 mil ou 73,3%, se deu, principalmente, por conta de: (i) aumento de R\$ 65.479 mil de debêntures, que dada a proximidade do prazo de vencimento de principal e juros passaram para o curto prazo; (ii) aumento de R\$ 26.889 mil em empréstimos e financiamentos, pela tomada de novas linhas de capital de giro; (iii) incremento de R\$ 9.353 mil em dividendos a pagar, dado o saldo remanescente aos dividendos declarados para o exercício social de 2019; (iv) aumento de R\$ 6.562 mil em arrendamento mercantil pela aquisição de *software* relacionado ao Cadastro Positivo e pelo contrato de aluguel da sede social da Companhia em virtude da adoção do CPC 06 (R2); e (v) aumento de R\$ 5.815 mil em provisões, principalmente relacionadas a tributos a pagar; compensados por: (i) redução de R\$ 10.931 mil

de adiantamento de clientes principalmente pelo aumento do consumo de produtos comercializados na modalidade de volume pré-contratado por clientes de pacotes estratégicos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 175.927 mil, quando comparado com R\$ 240.260 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 22,6% em 31 de dezembro de 2019 e 31,3% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R\$ 64.333 mil ou 26,8% deve-se principalmente a: (i) redução de R\$ 61.906 mil de debêntures, uma vez que foram transferidas para contabilização como passivo circulante dada a aproximação de vencimentos; e (ii) pagamentos e aproximação de vencimentos de empréstimos e financiamentos de R\$ 22.855 mil, parcialmente compensados pela adoção do CPC-06 (R2) que levou ao aumento de R\$ 14.188 mil na conta de passivo de Arrendamento mercantil, referente à porção de longo prazo do contrato de aluguel da sede da Companhia.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 350.944 mil, quando comparado com R\$ 381.800 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução, de R\$ 30.856 mil ou 8,1%, deu-se majoritariamente pela utilização da reserva de lucros para a distribuição dos dividendos declarados no exercício de 2019.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 224.712 mil, em comparação com R\$ 156.434 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 29,3% em 31 de dezembro de 2018 e 22,7% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$ 68.278 mil ou 43,6%, foi devido ao aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 66.000 mil ou 126,7%, substancialmente gerado pelas atividades operacionais de R\$ 184.192 mil, parcialmente compensado para aquisição de intangível (base de dados) no valor de R\$ 145.593 mil, e geração de caixa das atividades de financiamentos de R\$ 30.554 mil, decorrente de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$ 542.488 mil, quando comparado com R\$ 533.760 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 70,7% em 31 de dezembro de 2018 e 77,3% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$ 8.728 mil ou 1,6%, decorreu principalmente pelo incremento de R\$ 10.864 mil em ativos intangíveis, compostos principalmente pela aquisição de base de dados, parcialmente compensado pela redução de R\$ 4.341 mil em Imposto de renda e Contribuição social diferido, devido a compensação de prejuízo fiscal de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 7.481 mil e diferenças temporárias de R\$ 3.145 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$ 145.140 mil, em comparação com R\$ 185.578 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 18,9% em 31 de dezembro de 2018 e 26,9% em 31 de dezembro de 2017. Essa redução, de R\$ 40.438 mil ou 21,8%, decorreu principalmente por: (i) decréscimo de R\$ 52.780 da linha de debêntures, resultado do alongamento de prazo de pagamento em virtude da 3ª emissão conforme mencionada no item 10.1.f (i); (b) redução de R\$ 14.800 mil de fornecedores devido à queda na contratação de serviços sobre envio de carta por correios; parcialmente compensado pelo (c) aumento de R\$ 11.813 mil em adiantamentos de clientes; e (d) aumento de R\$ 10.873 mil na rubrica de dividendos a pagar.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$ 240.260 mil, em comparação a R\$ 159.423 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 31,3% em 31 de dezembro de 2018 e 23,1% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$ 80.837 mil ou 50,7%, decorreu majoritariamente por influência da modificação do perfil da dívida da Companhia em virtude da 3ª emissão de debêntures que influenciou de forma significativa as linhas de debêntures, que cresceu R\$ 93.542 mil, parcialmente compensado pelos empréstimos e financiamentos, que decresceu R\$ 17.298 mil dada a liquidação de empréstimos em virtude da referida emissão.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 381.800 mil, em comparação com R\$ 345.193 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R\$ 36.607 mil ou 10,6%, devido ao lucro líquido do exercício de R\$ 47.092 mil, menos dividendos declarados de R\$ 10.873 mil.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em				
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	AH 2019 X 2018	AH 2018 X 2017
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	218.707	184.192	145.666	18,7%	26,4%
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	(193.632)	(148.746)	(159.327)	30,2%	-6,6%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(86.313)	30.554	55.753	-382,5%	-45,2%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(61.238)	66.000	42.092	-192,8%	56,8%
No início do exercício	118.085	52.085	9.993		
No final do exercício	56.847	118.085	52.085		

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 34.515 mil, ou 18,7%, totalizando R\$ 218.707 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 frente a R\$ 184.192 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente, em decorrência de: (i) aumento de R\$ 54.212 mil no lucro líquido ajustado para reconciliar o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, impulsionado pelo crescimento de R\$ 27.340 mil no lucro líquido do exercício e de R\$ 26.872 mil de itens sem efeito caixa no resultado, majoritariamente influenciado por maior provisão de impostos sobre o lucro e depreciação e amortização no período; (ii) redução no pagamento de juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos em R\$ 12.218 mil; e (iii) as variações dos ativos e passivos operacionais líquidos influenciadas por medidas implementadas para gerenciar o capital circulante líquido da Companhia, que resultaram em um aumento no consumo de caixa de R\$ 29.595 mil, majoritariamente impactado por: (a) redução de R\$ 22.747 mil em adiantamento de clientes; (b) aumento de R\$ 14.202 mil em despesas antecipadas, parcialmente compensados pela redução de R\$ 13.368 mil em pagamentos a fornecedores.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais cresceu R\$ 38.526 mil, totalizando R\$ 184.192 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$ 145.666 mil do mesmo período de 2017 ou 26,4%, em decorrência, principalmente, de (i) aumento de R\$ 39.187 mil no lucro líquido ajustado para reconciliar o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, impulsionado pelo crescimento da receita líquida de serviços e do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, e (ii) medidas implementadas para gerenciar o capital circulante líquido da Companhia, que resultaram em uma redução de R\$ 2.465 mil no consumo de caixa devido às variações dos ativos e passivos operacionais líquidos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento cresceu R\$ 44.886 mil, totalizando R\$ 193.632 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 frente a R\$ 148.746 mil no mesmo período de 2018 ou 30,2%, em decorrência, principalmente, do aumento de R\$ 38.830 mil em aquisições de intangível influenciado pelos investimentos relacionados ao Cadastro Positivo e aquisição de bases de dados, e ao aumento de R\$ 6.056 em aquisição de ativo imobilizado relacionado à compra de equipamentos de informática em preparação da Companhia para operações relativas ao Cadastro Positivo.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento diminuiu R\$ 10.581 mil, totalizando R\$ 148.746 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$ 159.327 mil no mesmo período de 2017, ou 6,6%, principalmente em virtude da queda nas aquisições de intangível (base de dados), com uma redução para R\$ 141.633 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado a R\$ 159.239 mil no mesmo período de 2017, devido à compra compartilhada de base de dados.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento aumentou R\$ 116.867 mil, ou 382,5% totalizando utilização de caixa de R\$ 86.313 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, frente a uma geração de caixa de R\$ 30.554 mil no exercício de 2018, principalmente pelo pagamento de R\$ 95.104 mil de dividendos relacionados ao exercício de 2019 e de exercícios anteriores e redução de: (i) R\$ 159.450 na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, que somaram R\$ 71.570 mil em 2019 frente a R\$ 231.020 em 2018, dado que a Companhia somente captou linhas de capital de giro em 2019; e (ii) R\$ 137.687 mil no pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures, que somaram R\$ 62.779 mil em 2019 frente a R\$ 200.466 em 2018, uma vez que em 2018 houve o pré-pagamento das 1ª e 2ª emissões de debêntures, com os recursos captados pela 3ª emissão de debêntures, resultando na renegociação de amortização de principal para a partir de 2021 e em menores pagamentos de juros em 2019.

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento diminuiu R\$ 25.199 mil, ou 45,2%, totalizando R\$ 30.554 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 frente a R\$ 55.753 mil no mesmo período de 2017, em decorrência, principalmente, do aumento de pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$ 173.741 mil para o pré-pagamento da 1ª e 2ª emissões de debêntures, parcialmente compensado por novas captações de empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$ 148.542 mil, majoritariamente influenciada pela 3ª emissão de debêntures.

AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

A Boa Vista Serviços adota um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela Alta Administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente, assegurando o alcance dos seus objetivos nos seguintes aspectos:

- Conformidade às leis, regulamentos e normas aplicáveis, bem como às suas políticas internas;
- Eficiência e eficácia em suas operações;
- Proteção dos recursos da organização contra perdas resultantes de desperdícios, erros ou fraudes;
- Preparação e manutenção de dados financeiros fidedignos, divulgando-os de forma tempestiva e nos canais de comunicação adequados;
- Promoção eficaz no combate à corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Visando aderência às boas práticas de governança corporativa, a Boa Vista Serviços adota as seguintes políticas, aprovadas pela Diretoria Executiva:

- Código de Conduta;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Comitê de Remuneração;
- Política de Tratamento de Incidentes e Violações
- Política de Compras e Contratações
- Política de Gestão de Dados
- Política de Segurança da Informação

PATROCINIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar a cultura no Estado de São Paulo, contribuiu com incentivos contemplados pela Lei Rouanet.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Em observância às disposições constantes nas instruções da C.V.M., a Diretoria Estatutária da Boa Vista declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as informações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, autorizando a sua divulgação.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações contábeis da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da compra da Equifax do Brasil Ltda.

A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras saldos significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da compra da Equifax do Brasil Ltda., cuja avaliação de valor recuperável envolve julgamentos críticos na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados na unidade geradora de caixa, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10. As projeções de fluxos de caixa futuros incluem premissas e julgamentos significativos da Companhia, entre outras, relacionadas a projeções de vendas e determinação da taxa de desconto.

Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com dados obtidos externamente, análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas. Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor contábil da unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados, conforme mencionado nas notas explicativas nº 4.b e 19. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em suas projeções futuras de resultado.

Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.



Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas nas projeções futuras de resultado e das principais premissas utilizados pela Companhia para a sua determinação, incluindo a comparação das premissas usadas com dados obtidos externamente, análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas. Adicionalmente, com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos respectivos tributos. Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos aceitável o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como



necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Boa Vista Serviços S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	56.847	118.085	52.085	Fornecedores	11	40.714	39.394	54.194
Contas a receber	8	100.131	95.789	87.966	Empréstimos e financiamentos	12.a)	69.160	42.271	40.222
Insumos para prestação de serviços		-	-	468	Arrendamento mercantil	12.b)	6.562	-	-
Partes relacionadas	15	-	-	543	Debêntures	13	65.479	-	52.780
Despesas antecipadas		14.465	6.446	12.629	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	14	29.747	25.274	24.006
Impostos a recuperar		1.431	2.403	736	Partes relacionadas	15	-	1.720	2.412
Outros ativos		1.334	1.989	2.007	Adiantamentos de clientes	16	4.811	15.742	3.929
Total do ativo circulante		174.208	224.712	156.434	Provisões	17	12.172	6.357	4.217
Não circulante					Dividendos a pagar	18.d)	20.537	11.184	311
Contas a receber	8	6.912	-	-	Outras contas a pagar		2.362	3.198	3.507
Impostos a recuperar		-	740	732	Total do passivo circulante		251.544	145.140	185.578
Depósitos judiciais	17.i)	8.637	5.554	3.025	Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferido	19.c)	18.945	26.968	31.309	Empréstimos e financiamentos	12.a)	10.410	33.265	50.563
Imobilizado	9	27.706	12.002	12.084	Arrendamento mercantil	12.b)	14.188	-	-
Intangível	10	542.007	497.224	486.360	Debêntures	13	124.880	186.786	93.244
Outros ativos		-	-	250	Provisões	17	26.449	20.209	15.616
Total do ativo não circulante		604.207	542.488	533.760	Total do passivo não circulante		175.927	240.260	159.423
Total do ativo					Patrimônio líquido				
		778.415	767.200	690.194	Capital social	18.a)	202.129	202.129	202.129
					Reservas de capital	18.b)	140.344	140.126	139.737
					Reserva de lucros	18.c)	8.471	39.545	3.327
					Total do patrimônio líquido		350.944	381.800	345.193
					Total do passivo e patrimônio líquido		778.415	767.200	690.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Receita líquida de serviços	22	661.863	600.515	572.019
Custo dos serviços prestados	23	<u>(358.754)</u>	<u>(352.196)</u>	<u>(367.770)</u>
Lucro bruto		303.109	248.319	204.249
Despesas operacionais				
Com vendas	23	(59.033)	(59.868)	(67.507)
Gerais e administrativas	23	(107.020)	(94.806)	(80.648)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	<u>(567)</u>	<u>172</u>	<u>(83)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		136.489	93.817	56.011
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	24	6.049	4.320	1.700
Despesas financeiras	24	<u>(29.117)</u>	<u>(30.365)</u>	<u>(34.286)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		113.421	67.772	23.425
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes e Diferidos	19	<u>(38.989)</u>	<u>(20.998)</u>	<u>(8.064)</u>
Lucro das operações continuadas		<u>74.432</u>	<u>46.774</u>	<u>15.361</u>
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	21	-	318	1.827
Lucro líquido do exercício		<u>74.432</u>	<u>47.092</u>	<u>17.188</u>
Resultado por ação				
Resultado por ação básico - R\$	25	0,20	0,13	0,05
Resultado por ação diluído - R\$	25	0,18	0,11	0,04
Resultado por ação - Operações continuadas				
Resultado por ação básico - R\$	25	0,20	0,13	0,04
Resultado por ação diluído - R\$	25	0,18	0,11	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício	74.432	47.092	17.188
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>74.432</u>	<u>47.092</u>	<u>17.188</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total
			Bônus de subscrição	Agio e valor justo de combinação de negócios	Plano de opção com base em ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		202.129	1	136.330	3.300	2.329	-	(15.879)	328.210
Plano de opção com base em ações	28	-	-	-	106	-	-	-	106
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	17.188	17.188
Destinação do lucro:									
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-	65	-	(65)	-
Dividendo mínimo obrigatório	18.d)	-	-	-	-	-	-	(311)	(311)
Retenção de lucros	18.c)	-	-	-	-	-	933	(933)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		202.129	1	136.330	3.406	2.394	933	-	345.193
Plano de opção com base em ações	28	-	-	-	390	-	-	-	390
Cancelamento do bônus de subscrição		-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	47.092	47.092
Destinação do lucro:									
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-	2.355	-	(2.355)	-
Proposta dividendos (mínimo obrigatório)	18.d)	-	-	-	-	-	-	(10.874)	(10.874)
Proposta retenção de lucros	18.c)	-	-	-	-	-	33.863	(33.863)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		202.129	-	136.330	3.796	4.749	34.796	-	381.800
Aplicação inicial do CPC 06(R2)IFRS 16	5	-	-	-	-	-	(1.053)	-	(1.053)
Plano de opção com base em ações	28	-	-	-	218	-	-	-	218
Cancelamento do bônus de subscrição		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	74.432	74.432
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-	3.722	-	(3.722)	-
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	18.d)	-	-	-	-	-	(34.796)	-	(34.796)
Pagamento de dividendos intermediários do exercício		-	-	-	-	-	-	(49.120)	(49.120)
Proposta dividendos complementar do exercício	18.d)	-	-	-	-	-	-	(20.537)	(20.537)
Proposta de retenção de lucros	18.c)	-	-	-	-	-	1.053	(1.053)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		202.129	-	136.330	4.014	8.471	-	-	350.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido		74.432	47.092	17.188
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	23	148.704	139.628	128.938
Despesas financeiras sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	19.803	23.852	26.774
Custos de transação sobre empréstimos e debêntures	12 e 13	6.597	3.669	1.480
Redução ao valor recuperável do contas a receber	8	(567)	(172)	83
Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e fiscais	17	12.441	10.931	6.805
Juros e multas de provisões para contingências	17	830	-	-
Baixa do ativo imobilizado	9	-	-	14.851
Atualização de depósitos judiciais		(280)	-	-
Plano de opções em ações	28	218	390	106
Impostos sobre o lucro IR e CSLL - Correntes e Diferidos		39.533	21.162	9.004
Outros		-	947	3.083
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(10.687)	(8.150)	4.550
Estoques		-	20	(466)
Partes relacionadas		-	543	429
Depósitos judiciais		(2.803)	(2.383)	(1.225)
Despesas antecipadas		(8.019)	6.183	(2.564)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(543)	-	-
Impostos a recuperar		1.712	(1.675)	1.648
Outros ativos		689	1.052	(1.863)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores		(3.750)	(17.118)	(16.084)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		4.473	1.268	6.148
Obrigações tributárias		(18.632)	(12.702)	(8.390)
Partes relacionadas		(1.723)	(692)	222
Adiantamento de Clientes		(10.934)	11.813	(9.028)
Outras contas a pagar		(834)	(307)	127
Provisões para perdas cíveis e trabalhistas	17	(7.030)	(6.338)	(4.455)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		243.630	219.013	177.361
Juros e custos pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	(20.344)	(32.562)	(29.782)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.579)	(2.259)	(1.913)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		218.707	184.192	145.666
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de imobilizado	9	(9.209)	(3.153)	(5.673)
Aquisições de intangíveis	10	(184.423)	(145.593)	(153.654)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(193.632)	(148.746)	(159.327)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	71.570	231.020	82.478
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	(62.779)	(200.466)	(26.725)
Dividendos pagos intermediários do exercício	18.b)	(60.308)	-	-
Dividendos pagos exercícios anteriores	18.b)	(34.796)	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(86.313)	30.554	55.753
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(61.238)	66.000	42.092
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	118.085	52.085	9.993
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7	56.847	118.085	52.085
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(61.238)	66.000	42.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstração do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Receitas				
Receita de serviços vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	745.738	677.225	643.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão	8	(567)	172	(83)
		<u>745.171</u>	<u>677.397</u>	<u>643.830</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias e serviços		(132.277)	(158.389)	(208.851)
Serviços de terceiros		(61.719)	(42.992)	(20.926)
Materiais, Energia e Outros		(668)	(645)	(740)
Auditoria, consultoria e assessoria		(26.733)	(20.380)	(14.101)
Viagens		(2.714)	(2.482)	(2.547)
Seguros		(138)	(165)	(184)
Outros custos e despesas administrativas		(1.875)	(353)	(5.922)
		<u>(226.124)</u>	<u>(225.406)</u>	<u>(253.271)</u>
Valor adicionado bruto		<u>519.047</u>	<u>451.991</u>	<u>390.559</u>
Depreciação e amortização	23	(148.701)	(139.628)	(128.938)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>370.346</u>	<u>312.363</u>	<u>261.621</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	24	6.049	4.320	1.700
Outros		149	(3.143)	1.514
Valor adicionado total a distribuir		<u>376.544</u>	<u>313.540</u>	<u>264.835</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	23	136.714	122.664	117.139
Benefícios		96.196	83.638	78.678
FGTS		15.634	14.343	13.716
		24.884	24.683	24.745
Impostos, taxas e contribuições		<u>122.864</u>	<u>97.722</u>	<u>81.014</u>
Municipais		14.865	13.574	12.692
Federais		107.999	84.148	68.322
Remuneração de capitais de terceiros		<u>42.534</u>	<u>46.062</u>	<u>49.494</u>
Juros		29.117	33.175	35.432
Aluguéis		8.326	9.280	10.321
Outros		5.091	3.607	3.741
Remuneração de capitais próprios		<u>74.432</u>	<u>47.092</u>	<u>17.188</u>
Lucro do exercício		74.432	47.092	17.188
Valor adicionado distribuído		<u>376.544</u>	<u>313.540</u>	<u>264.835</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais- R\$)

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado, com sede na Avenida Tamboré, 267 - 11º ao 15º andar, cidade de Barueri. Foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010, tendo se originado a partir de um serviço de proteção de crédito presente há mais de 60 anos no mercado brasileiro. Com base nos dados que coletou ao longo dos anos, a Companhia estruturou infraestruturas e metodologias que consolidam e transformam informações em dados sobre pessoas físicas e jurídicas, gerando conhecimento de valor agregado, objetivando permitir que nossos clientes tomem melhores decisões. A Companhia fornece um leque completo de soluções analíticas, dentre as quais se destacam a elaboração de relatórios, *credit scoring*, serviços de recuperação de crédito, prospecção de clientes, entre outros.

A Companhia também oferece serviços de análise de dados, que tem crescido a taxas elevadas em função da necessidade das empresas em terem acesso a uma quantidade crescente de dados de maneira mais organizada e customizada. A Companhia agrega valor ao oferecer serviços que aliam inteligência analítica à tecnologia aplicada, transformando dados brutos em soluções estruturadas para ajudar seus clientes a enfrentar seus desafios de mercado.

A Companhia atua no mercado brasileiro, visando reduzir a assimetria de informações, tornando a prospecção de clientes, a análise e a recuperação de crédito mais seguras e acessíveis. O ambiente regulatório em que opera segue sujeito a grandes transformações, dentre as quais destacam-se as recentes alterações no regime jurídico do Cadastro Positivo, banco de dados com informações sobre o histórico de pagamentos de uma base ampla de consumidores e empresas.

A Companhia tem presença geográfica em nível nacional, estando presente em todos os Estados do Brasil. Suas receitas estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul, regiões mais ricas do país e onde estão concentradas a maior parte do Produto Interno Bruto nacional.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota 5.11.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se à:

- Reconhecimento de receita: se a receita de serviços para decisão e serviços de recuperação são reconhecidos ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo - nota explicativa 6.6.
- Determinação da vida útil dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis: a determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados. As hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento - nota explicativa 6.1 e 6.2.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à:

- Avaliação do risco de crédito para determinação da redução do valor recuperável do contas a receber: score - trata-se do rating calculado internamente pela Companhia que atribui ao cliente a probabilidade para recuperação das contas a receber - nota explicativa 7.
- Realização do imposto de renda e contribuição social diferidas: disponibilidade de lucro tributável futuro contra os prejuízos fiscais que possam ser utilizados - nota explicativa 19.
- Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado, intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento - nota explicativa 6.9.
- Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 17.

(i) Mensuração do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: instrumentos financeiros (nota explicativa 26) e transações de pagamento baseado em ações (nota explicativa 28).

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Novas normas, alterações e interpretação de normas a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia adotou inicialmente o CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC47/IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

a. CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em 'despesas administrativa'.

Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas administrativas' para perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber' na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018.

No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48/IFRS 9:

Ativo / Passivo Financeiro	Classificação anterior	Classificação CPC 48/IFRS 9
-----------------------------------	-------------------------------	------------------------------------

Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber ⁽²⁾	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (contas a receber) ⁽²⁾	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP ⁽¹⁾	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado

- (1) De acordo com o CPC 38/IAS 39, esses ativos foram designados como mensurados a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48/IFRS 9.
- (2) O contas a receber de clientes e partes relacionadas ativo que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado. Na transição para o CPC 48/IFRS 9, não houve efeito relevante na provisão para impairment destes recebíveis.

Não houve alteração de classificação para os passivos financeiros da Companhia.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 introduziu o modelo de perda de crédito esperado como novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros. Esse novo modelo exige que as perdas de crédito esperadas sejam registradas a partir do reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Conforme nota explicativa 6.9, a Companhia utiliza a abordagem simplificada (uma matriz de provisão) para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais.

A aplicação dos novos requisitos não teve efeitos significativos no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente nas contas a receber de clientes.

A Companhia optou não por reapresentar os períodos comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

b. CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:

O CPC 47/IFRS 15, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018). A adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e no resultado da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa 6.6, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras, uma vez que, o reconhecimento da receita se dá em um momento específico do tempo antes e após a adoção do CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com clientes.

Novas normas, alterações e interpretação de normas a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019.

A CPC 06(R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu o ativo de direito de uso que representa seu direito de utilizar o ativo subjacentes e os passivos de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi reapresentada – ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Desde o 1º de janeiro de 2019 a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por usar a avaliação de se um contrato atende a definição de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não-arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, a Companhia optou por não separar os componentes que não são arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

b. Como arrendatário

O imóvel arrendado é utilizado como sede pela Companhia.

Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos – ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Companhia apresenta passivos de arrendamento em “Arrendamento mercantil” no balanço patrimonial e o ativo de direito de uso do imóvel em “Imobilizado”.

(i) Políticas contábeis significativas

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas no valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

(ii) Transição

Anteriormente, a Companhia classificava o arrendamento de imóvel como arrendamento operacional de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Esse arrendamento refere-se o imóvel da sede onde a Companhia opera. Esse arrendamento foi contratado em 1º de agosto de 2016 por um período de 10 anos, corrigido pelo IGP-M (Índice de Preços de Mercado).

Na transição, para arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, o passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. O ativo de direito de uso é mensurado:

- (a) Ao seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental ou arrendatário na data da aplicação inicial.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 ao arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

- (b) Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- (c) Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- (d) Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso adicional, e passivo adicional de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

	1º de janeiro de 2019
Novos ativos de direito de uso apresentados no imobilizado (líquido de amortização acumulada)	11.913
Passivo de arrendamento mercantil	13.511
Ajuste no patrimônio líquido (*)	(1.598)

- (*) Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, foi apresentado o montante de R\$1.053 líquido de imposto de renda e contribuição social na alíquota de 34% em decorrência da aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos CPC 06(R1)/IAS 17, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa real média ponderada aplicada é de 3,70%.

	1º de janeiro de 2019
Contrato de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, conforme divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia (valor mínimo correspondente ao período contratual provável)	22.406
Efeito de desconto utilizando a taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019	(6.921)
Despesas financeiras do início do contrato a 1º de janeiro de 2019	2.061
Parcelas pagas do início do contrato a 1º de janeiro de 2019	(4.078)
Atualização contrato IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	43
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º. de janeiro de 2019	13.511

(ii) Impactos no período

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$1.721 de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento referente a correção monetária atrelada ao IGP-M no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$1.676 de depreciação e R\$1.355 de juros destes arrendamentos, respectivamente.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, vem esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 32 – *Income Taxes*) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável

(perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, Corrente e Diferidos da Companhia e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, sem impacto na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

6 Principais práticas contábeis

6.1 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Arrendamento financeiro (mainframe IBM)	5 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração

- a. Ágio*
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
- b. Base de dados*
O intangível inclui gastos com base de dados principalmente de cartórios, com a finalidade de formação dos produtos oferecidos pela Companhia a seus clientes. Estes ativos são amortizáveis

pelo método linear, cuja vida útil é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos.

c. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Base de dados	5 anos
Softwares	5 anos
Carteira de clientes identificados em combinação de negócios	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.3 Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia oferece aos seus funcionários plano de aposentadoria de contribuição definida, chamado Boa Vista Prev., administrado pela Bradesco Vida e Previdência, cuja as contribuições mensais são feitas parte pelos funcionários e parte pela Companhia. O plano foi implementado em 1º de novembro de 2011 e modificado em 2015, quando a Companhia foi beneficiada com carência sobre sua parte de contribuição até 30 de novembro de 2019, passando a realizar o recolhimento da parte empresa no montante de R\$ 52, a partir de dezembro de 2019.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo dos acordos de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

6.4 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

6.5 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (R\$20 por mês) e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se (a) a Companhia tem o direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

6.6 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

6.6.1 Receita de serviços para decisão

Os serviços para decisão englobam a disponibilização de dados/*scores* à clientes para suportar tomadas de decisões, em sua maioria, sobre riscos de crédito junto aos seus consumidores.

a. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes podem acessar os dados/*scores* disponibilizados pela Companhia no momento em que é firmado o contrato.

Existem quatro tipos principais de contrato:

- (1) **Pacote mensal:** modalidade de pacotes padronizados que permite a contratação mensal dos produtos através de uma “cesta de produtos” padrão do portfólio. Os clientes contratam uma franquia de valor mensal e utilizam esses produtos, que serão precificados por preços unitários. Se a utilização for menor que o valor contratado, será cobrada a franquia mensal. Se a utilização for maior que o valor contratado é cobrado excedente. Essa modalidade atende substancialmente clientes de pequeno porte.
- (2) **Pacote anual:** modalidade de pacotes customizados que permite a contratação dos produtos como volume limitado anual através de uma “cesta de produtos” customizadas do portfólio. Os clientes contratam um volume anual, pagam valor fixo mensal e utilizam esses produtos dentro do período contratado, que serão precificados por preços unitários. A cobrança de excedente ocorrerá somente se a volumetria utilizada for maior que a volumetria anual contratada. Se o volume utilizado for inferior ao volume anual contratado, não existe a devolução de qualquer valor ao cliente. Essa modalidade atende substancialmente clientes de grande porte.

- (3) **Pacote ilimitado:** modalidade de pacotes customizados que permite a contratação dos produtos como volume ilimitado através de uma “cesta de produtos” customizadas do portfólio. Os clientes pagam valor fixo mensal e utilizam esses produtos dentro do período contratado. Essa modalidade atende substancialmente clientes estratégicos de grande porte.
- (4) **Tabela cascata:** modalidade de uso sem valor mínimo que permite a utilização de uma “cesta de produtos” ou determinado produto do portfólio. A precificação é feita por volume X preço, onde quanto mais se utiliza menor o valor do preço unitário. Essa modalidade atende substancialmente clientes de pequeno porte.

A fatura para uso excedente é emitida em intervalos de 30 dias e são liquidadas por meio de débito em conta ou boleto.

Em alguns casos o cliente paga antecipadamente pelo pacote anual. Quando o cliente efetua o pagamento antecipado, é reconhecido um passivo de contrato no montante pago antecipadamente por sua obrigação de disponibilização de dados/scores à clientes. A realização do passivo de contrato e reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente recebe e consome (tem acesso aos) produtos contratados. Ver item b.

b. Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente tem acesso aos dados/scores, recebe e consome os benefícios dos serviços contratados ao longo do tempo, com base na apuração dos dados/scores utilizados pelos clientes, que é efetuada mensalmente pela Companhia.

- (1) **Pacote mensal:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal (valor mínimo ou valor mínimo mais excedente).
- (2) **Pacote anual:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores/produtos efetivamente utilizados pelos clientes.
- (3) **Pacote ilimitado:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal.
- (4) **Tabela cascata:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal (preço X volume).

Para valores pré-pagos de contratos, o saldo não utilizado de dados/scores é reconhecido como receita quando não há mais direito de consumo pelo cliente.

6.6.2 Serviço de recuperação

Os serviços de recuperação englobam, substancialmente, as soluções para suportar clientes da Companhia em recuperação de dívidas, a Companhia notifica formalmente o devedor e em caso de não pagamento, torna a dívida pública.

a. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os serviços para recuperação consistem em notificar o devedor e em caso de não pagamento, tornar a dívida pública. Os serviços para recuperação são prestados a partir da aceitação do contrato pelo cliente da Companhia. O cliente contrata um determinado volume de notificações

para um determinado período de tempo. Cada notificação enviada corresponde a um serviço prestado que é apurado de acordo com o volume de notificações enviadas valorizadas pelo preço contratado pelos clientes. A apuração da quantidade de serviços prestados é apurada mensalmente e a emissão da nota fiscal ocorre em intervalos de 30 dias após apuração da prestação de serviços e são liquidadas por meio de débito em conta ou boleto.

b. *Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)*

O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente é notificado (quando o cliente recebe e consome os benefícios dos serviços contratados) durante o período do contrato, com base na apuração mensal efetuada pela Companhia do volume de notificações enviadas.

Reconhecimento da receita conforme o CPC 30/IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

As soluções creditícias são vendidas individualmente em contratos separados, identificados com os clientes, ou agrupados como um pacote de serviços. No caso de pacotes de serviços, existem diferentes produtos contratados. O preço e reconhecimento de cada produto é alocado independentemente em relação à contraprestação do total do pacote, sendo reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, ou seja, quando houve o consumo do produto contratado.

6.7 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação subsequente à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui caixa e equivalentes de caixa e derivativos (veja a nota explicativa 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- Se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros gerenciados e cujos desempenhos são avaliados com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

6.8 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

6.9 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia utiliza uma “matriz de provisão” para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com *score* (percentual que representa o cálculo estatístico produzido internamente que considera estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor). Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente pela tesouraria da Companhia. Os percentuais de perda histórica e *scores* são revistos sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Os clientes com inadimplência inferior a 90 dias ou inadimplência superior a 90 dias, mas com probabilidade alta de recuperação, é aplicado os percentuais históricos de recuperação da Companhia. O *score* é aplicado para os clientes inadimplentes a mais de 90 dias com probabilidade baixa de recuperação.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, com exceção dos ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa. A Companhia definiu que é uma única UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil da UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável da UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.10 Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia, que representa uma importante linha de negócios separada e é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa	1	12	4
Bancos conta movimento	12.243	12.306	583
Outros ativos financeiros (*)	44.603	105.767	51.498
Total	<u><u>56.847</u></u>	<u><u>118.085</u></u>	<u><u>52.085</u></u>

(*) Representam aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e em fundos de renda fixa não exclusivo, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata.

8 Contas a receber

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Clientes por serviços de informações prestados	104.188	95.515	89.010
Contas a receber - Partes Relacionadas (*)	6.154	3.006	1.860
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.299)	(2.732)	(2.904)
Total	<u><u>107.043</u></u>	<u><u>95.789</u></u>	<u><u>87.966</u></u>
Circulante	100.131	95.789	87.966
Não Circulante	6.912	-	-
Total	<u><u>107.043</u></u>	<u><u>95.789</u></u>	<u><u>87.966</u></u>

(*) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados aos Acionistas.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, e a análise da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes estão apresentadas na tabela a seguir:

	Score de Recuperação de Crédito	Aging dos Títulos	31.12.2019			31.12.2018			31.12.2017		
			Taxa média de perda esperada	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada	Taxa média de perda esperada	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada	Taxa média de perda esperada	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada
		A vencer	0,30%	89.095	270	0,53%	78.932	421	0,49%	69.481	343
Clientes vencidos até 90 dias	Score alto / baixo	Vencidos de 1 - 30 dias	5,44%	3.916	213	5,44%	6.181	336	5,43%	4.107	223
		Vencidos de 31 - 60 dias	18,01%	422	76	18,04%	815	147	18,11%	1.320	239
		Vencidos de 61 - 90 dias	29,54%	413	122	29,53%	728	215	29,64%	857	254
Clientes vencidos há mais de 90 dias	Score alto / baixo	Score alto	11,58%	15.672	1.815	8,58%	11.190	960	6,42%	14.133	908
		Score baixo	97,45%	824	803	96,74%	675	653	96,40%	972	937
Total				110.342	3.299		98.521	2.732		90.870	2.904

A movimentação da provisão para perdas de crédito do contas a receber está assim apresentada:

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial do exercício	2.732	2.904	2.821
Constituição de provisão (a)	3.638	3.037	3.061
Utilização de provisão (b)	(2.398)	(2.784)	(2.776)
Reversão de provisão (c)	(673)	(425)	(202)
Saldo final do exercício	<u>3.299</u>	<u>2.732</u>	<u>2.904</u>

(a) Constituição de provisão para perda esperada (2019 e 2018) / perda incorrida (2017);

(b) Baixa de contas a receber como utilização da provisão;

(c) Reversão de provisões por pagamentos dos clientes.

9 Imobilizado

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

Custos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática (a)	Imobilizado em andamento	Direito de Uso de Imóvel	Total de Imobilizado
Saldo em 1 de janeiro de 2017	3.892	1.717	403	1.559	36.923	303	-	44.797
Aquisições	32	321	-	69	5.251	-	-	5.673
Baixas	(60)	(743)	-	(2)	(23.296)	-	-	(24.101)
Transferências	-	-	-	268	35	(303)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.864	1.295	403	1.894	18.913	-	-	26.369
Aquisições	28	5	40	30	3.050	-	-	3.153
Baixas	-	(88)	(2)	(11)	(1.315)	-	-	(1.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.892	1.212	441	1.913	20.648	-	-	28.106
Adoção de IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	15.527	15.527
Aquisições	-	47	13	11	7.417	-	1.721	9.209
Baixas	-	(55)	(1)	-	(1.630)	-	-	(1.686)
Transferências	-	(28)	28	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.892	1.176	481	1.924	26.435	-	17.248	51.156

Boa Vista Serviços S.A.
 Demonstrações financeiras.
 Exercícios findos em
 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Depreciações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática (a)	Imobilizado em andamento	Direito de Uso de Imóvel	Total de Imobilizado
Saldo em 1 de janeiro de 2017	(107)	(1.130)	(56)	(699)	(17.193)	-	-	(19.185)
Adições de depreciações	(309)	(119)	(40)	(169)	(8.079)	-	-	(8.716)
Baixas de depreciações	60	743	-	2	12.811	-	-	13.616
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(356)	(506)	(96)	(866)	(12.461)	-	-	(14.285)
Adições de depreciações	(308)	(138)	(46)	(192)	(2.552)	-	-	(3.236)
Baixas de depreciações	-	88	2	12	1.315	-	-	1.417
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(664)	(556)	(140)	(1.046)	(13.698)	-	-	(16.104)
Adoção de IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(3.614)	(3.614)
Adições de depreciações	(309)	(125)	(46)	(192)	(3.070)	-	(1.676)	(5.418)
Baixas de depreciações	-	55	1	-	1.630	-	-	1.686
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(973)	(626)	(185)	(1.238)	(15.138)	-	(5.290)	(23.450)
Total líquido em 31 de dezembro de 2017	3.508	789	307	1.028	6.452	-	-	12.084
Total líquido em 31 de dezembro de 2018	3.228	656	301	867	6.950	-	-	12.002
Total líquido em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	-	11.958	27.706

(a) O arrendamento de equipamentos refere-se a aquisição de *mainframe* da IBM para armazenamento do banco de dados. Em setembro de 2017 a Companhia vendeu o equipamento e passou a contratar serviços de *outsourcing* para armazenamento dos seus dados.

10 Intangível

As movimentações do intangível são as seguintes:

Custos	Base de dados (a)	Marcas, direitos, patentes e outros	Software	Ágio na combinação de negócios (b)	Software e carteira de clientes identificado em combinação de negócios	Intangível em andamento (*)	Total de Intangível
Saldo em 1 de janeiro de 2017	531.626	130	54.736	110.182	27.313	4.180	728.167
Aquisições	159.239	-	-	-	-	773	160.012
Baixas	(78.185)	-	(13.465)	-	-	-	(91.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	612.680	130	41.271	110.182	27.313	4.953	796.529
Aquisições	141.633	-	6.278	-	-	-	147.911
Baixas	(79.117)	-	(10.658)	-	-	-	(89.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	675.196	130	36.891	110.182	27.313	4.953	854.665
Aquisições	153.619	-	802	-	-	35.072	189.493
Baixas	(101.934)	-	(15.425)	-	-	-	(117.359)
Transferências	-	-	747	-	-	(747)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	726.881	130	23.015	110.182	27.313	39.278	926.799

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Amortizações	Base de dados (a)	Marcas, direitos, patentes e outros	Software	Ágio na combinação de negócios (b)	Software e carteira de clientes identificado em combinação de negócios	Intangível em andamento	Total de Intangível
Saldo em 1 de janeiro de 2017	(231.047)	-	(32.605)	-	(16.215)	-	(279.867)
Adições de amortizações	(110.367)	-	(4.706)	-	(2.513)	-	(117.586)
Baixas de amortizações	78.185	-	9.099	-	-	-	87.284
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(263.229)	-	(28.212)	-	(18.728)	-	(310.169)
Adições de amortizações	(127.415)	-	(7.119)	-	(2.513)	-	(137.047)
Baixas de amortizações	79.117	-	10.658	-	-	-	89.775
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(311.527)	-	(24.673)	-	(21.241)	-	(357.441)
Adições de amortizações	(137.693)	-	(4.506)	-	(2.511)	-	(144.710)
Baixas de amortizações	101.934	-	15.425	-	-	-	117.359
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(347.286)	-	(13.754)	-	(23.752)	-	(384.792)
Total líquido em 31 de dezembro de 2017	349.451	130	13.059	110.182	8.585	4.953	486.360
Total líquido em 31 de dezembro de 2018	363.669	130	12.218	110.182	6.072	4.953	497.224
Total líquido em 31 de dezembro de 2019	379.595	130	9.261	110.182	3.561	39.278	542.007

(a) Refere-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Companhia e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações de 5 anos.

(b) Ágio decorrente da combinação de negócios O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos incorporados de parcela cindida do patrimônio líquido da Equifax do Brasil Ltda., em 31 de maio de 2011. A aquisição teve como objetivo ampliar a base de dados sobre pessoas jurídicas, capturar sinergias e expandir a lista de serviços e soluções oferecidos, a fim de suportar as decisões dos clientes em todas as etapas do ciclo de seus negócios. O ágio é testado no nível de geração de caixa da Companhia uma vez que a Companhia é definida como a Unidade Geradora de Caixa.

Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

Unidade Geradoras de Caixa	2019	2018	2017
Taxas de desconto (<i>WACC</i>)	14,4%	17,4%	13,9%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,5%	3,80%+0,5%	4,0%+0,5%
Taxas de crescimento médio de LAJIDA	28,5%	23,5%	12,8%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração;
- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;
- O valor residual após 5 anos foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) assumindo um percentual de inflação e crescimento real 0,5%; e
- Os fluxos de caixa foram descontados considerando o método de fluxo de caixa livre para Companhia “*free cash flow to firm*”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alteração individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil

Aumento em pontos percentuais (%)	UGC
Taxa de desconto (WACC)	32,4

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$40.714 (R\$39.394 em 31 de dezembro de 2018 e R\$54.194 em 31 de dezembro de 2017), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Companhia, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de *software* e *hardware* e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um instrumento financeiro classificado como custo amortizado.

12 Empréstimos, financiamentos e Arrendamento mercantil

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos e financiamentos (a)	79.570	75.536	90.785
Arrendamento mercantil (b)	20.750	-	-
	100.320	75.536	90.785
Circulante	75.722	42.271	40.222
Não Circulante	24.598	33.265	50.563
Total	100.320	75.536	90.785

a. Empréstimos e financiamentos

Operação	Data da contratação	Encargos	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Linha de crédito - BNDES (a)	2015	50% Selic + 3,15% a.a. TJLP + 3,95% a.a.	8.602	14.040	19.497
Capital de Giro (b)	2017/2018/2019	CDI + 4,23% a.a. CDI + 2,45% a.a. CDI + 1,67% a.a.	70.968	61.496	71.288
		Total	79.570	75.536	90.785
		Total Circulante	69.160	42.271	40.222
		Total Não Circulante	10.410	33.265	50.563
		Total	79.570	75.536	90.785

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

- (a) Em 3 de março de 2014 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES linha de crédito no valor de R\$36.175 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, através do programa BNDES *Prosofit*. Referida operação possui prazo de 72 meses, sendo que 24 meses para carência e na sequência 48 parcelas mensais. Em 19 de junho de 2015 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$10.484, em 16 de maio de 2016 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$12.001. Devido à revisão do projeto inicialmente aprovado, a Companhia não desembolsou o saldo restante da linha de crédito, não há cláusula de “*covenants*” financeiros e cessão de garantia.
- (b) Representam empréstimos e financiamentos com Banco do Brasil, Banco Santander e Banco Votorantim para atender necessidade de caixa da Companhia. Não há cláusula de “*covenants*” financeiros. Foram cedidos direitos creditórios de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.320 (R\$25.667 em 31 de dezembro de 2018, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram cedidos direitos creditórios nem aplicações financeiras) e aplicações financeiras no montante de R\$377 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em garantia à algumas linhas. Encargos divulgados por média ponderada.

Em abril de 2018, foi captado um empréstimo com o Banco ABC Brasil, em moeda estrangeira - dólares americanos, cujo saldo em 31 dezembro de 2018 em moeda funcional da Companhia é de R\$18.911 (US\$4.880). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía *swap* para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial sobre empréstimo em moeda estrangeira de capital de giro. Em abril de 2019, houve a liquidação do empréstimo e seus respectivos *swaps* no montante de R\$10.363. Os detalhes da modalidade estão descritos na nota explicativa nº 26(ii).

Em maio de 2019, a dívida captada junto ao Banco Santander Brasil S.A. foi repactuada, no montante de R\$ 13.200 com vencimento em outubro de 2022..

Em 1 de julho de 2019, foi liquidado o empréstimo captado junto ao Banco Original S.A. no montante de R\$ 2.629.

Em 4 de julho de 2019, foi liquidado o empréstimo captado junto ao Banco Safra S.A. no montante de R\$ 3.596.

O empréstimo com o Banco do Brasil foi captado, em dezembro de 2019, em moeda estrangeira - dólares americanos, cujo saldo em 31 dezembro de 2019 em moeda funcional da Companhia é de R\$29.794 (US\$7.320). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui *swap* para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial sobre empréstimo em moeda estrangeira de capital de giro. Os detalhes da modalidade estão descritos na nota explicativa nº 26(ii).

O empréstimo com o Banco Votorantim foi captado, em dezembro de 2019, em moeda estrangeira - Euro, cujo saldo em 31 dezembro de 2019 em moeda funcional da Companhia é de R\$30.000 (Euro 6.620). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui *swap* para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial sobre empréstimo em moeda estrangeira de capital de giro. Os detalhes da modalidade estão descritos na nota explicativa nº 26(ii).

O saldo do não circulante dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
2019	-	-	24.237
2020	-	22.534	16.938
2021	6.774	7.903	6.558
2022	3.636	2.828	2.830
Total	10.410	33.265	50.563

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim representada:

	2019	2018	2017
Saldo inicial do exercício	75.536	90.785	33.286
Novos empréstimos e financiamentos	59.794	41.020	82.478
Pagamento de principal	(57.249)	(57.966)	(26.725)
Pagamento de juros	(4.626)	(9.586)	(6.155)
Juros provisionados	5.261	11.282	7.809
Custos de transações pagos	-	(1.011)	(258)
Custos de transações apropriados no resultado	854	1.012	350
Saldo final do exercício	79.570	75.536	90.785

b. Arrendamento mercantil

Operação	Encargos	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Arrendamento mercantil - Banco IBM (a)	CDI + 0,92% a.a.	6.967	-	-
Contrato de aluguel (b)	IGPM + 3,7% a.a.	13.783	-	-
	Total	20.750	-	-
	Total Circulante	6.562	-	-
	Total Não Circulante	14.188	-	-
	Total	20.750	-	-

(a) Aquisição de software junto ao Banco IBM S.A.

(b) Refere-se a arrendamento financeiro do imóvel da sede da Companhia no qual está registrado como ativo de direito de uso conforme adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16.

O saldo do não circulante do Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
2021	3.810	-	-
2022	1.933	-	-
2023	2.104	-	-
2024	2.291	-	-
2025	2.494	-	-
2026	1.556	-	-
Total	14.188	-	-

A movimentação do Arrendamento mercantil é assim representada:

	2019	2018	2017
Saldo inicial do exercício	-	-	-
Arrendamento mercantil	11.776	-	-
Reconhecimento do passivo de arrendamento pela adoção do CPC06/(R2) / IFRS 16	13.510	-	-
Pagamento de principal	(5.511)	-	-
Juros provisionados	975	-	-
Saldo final do exercício	20.750	-	-

13 Debêntures

As debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Debêntures	190.000	190.000	142.500
(-) Custo de emissão a apropriar	(2.761)	(3.659)	(2.656)
Juros sobre o principal	3.120	445	6.180
Total	<u>190.359</u>	<u>186.786</u>	<u>146.024</u>
Circulante	65.479	-	52.780
Não Circulante	124.880	186.786	93.244

Em 5 de dezembro de 2018, o Conselho da Administração da Companhia aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, de 190.000 debêntures, todas escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 e valor total da emissão de R\$190.000.

O valor principal será pago em 12 parcelas trimestrais a partir de janeiro de 2020, e os juros são pagos trimestralmente a partir de janeiro de 2019.

As debêntures mencionadas acima foram remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de:

- (i) 3,70% ao ano, na hipótese da Dívida Financeira Líquida (conforme definido na Escritura de Emissão) da Companhia for igual ou superior a R\$140.000 (taxa corrente);
- (ii) 3,35% ao ano, na hipótese da Dívida Financeira Líquida da Companhia for inferior a R\$140.000 e igual ou superior a R\$100.000; ou
- (iii) 3,00% ao ano, na hipótese da Dívida Financeira Líquida da Companhia for inferior a R\$100.000.

Em 20 de dezembro de 2018 a Companhia efetuou o resgate antecipado da totalidade da 1ª e 2ª emissões em aberto no montante de R\$ 98.289, que possuem os seguintes termos:

Emissão	Data de emissão	Qtde emitida	Valor emissão	Remuneração	Data de Vencimento Original
1ª emissão	Fev/2014	7.500	75.000	100% CDI + 4,00% a.a.	Setembro 2019
2ª emissão - 1ª tranche	Set/2015	50.000	50.000	100% CDI + 4,00% a.a.	Julho 2019
2ª emissão - 2ª tranche	Jan/2016	30.000	30.000	100% CDI + 4,00% a.a.	Julho 2019

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
2019	-	-	71.786
2020	-	63.333	22.857
2021	63.333	63.333	-
2022	63.334	63.334	-
Total	<u>126.667</u>	<u>190.000</u>	<u>94.643</u>
Custo de transação	<u>(1.787)</u>	<u>(3.214)</u>	<u>(1.399)</u>
Saldo final do exercício	<u><u>124.880</u></u>	<u><u>186.786</u></u>	<u><u>93.244</u></u>

A movimentação das debêntures é assim representada:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Saldo inicial do exercício	<u>186.786</u>	<u>146.024</u>	<u>149.298</u>
Captações - 3ª emissão	-	190.000	-
Pagamento de principal - 1º e 2º emissões	-	(142.500)	-
Pagamento de juros	(10.872)	(18.306)	(21.571)
Juros provisionados	13.548	12.570	18.965
Custos de transações pagos	(4.846)	(3.659)	(1.798)
Custos de transações apropriados no resultado	<u>5.743</u>	<u>2.657</u>	<u>1.130</u>
Saldo final do exercício	<u><u>190.359</u></u>	<u><u>186.786</u></u>	<u><u>146.024</u></u>

3ª emissão - “covenants”

As obrigações da Companhia com relação à 3ª emissão de debêntures são garantidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples celebrado entre a Companhia e Agente Fiduciário.

A Companhia será obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado, a todos os debenturistas, caso descumpra, o índice financeiro determinado contratualmente:

- (i) 2018: Dívida Líquida/EBITDA para fins de *covenants* < 2,75x
- (ii) 2019: Dívida Líquida/EBITDA para fins de *covenants* < 2,00x sem a aprovação do projeto do Cadastro Positivo ou; Dívida Líquida/EBITDA para fins de *covenants* < 3,00x com a aprovação do projeto do Cadastro Positivo
- (iii) 2020: Dívida Líquida/EBITDA para fins de *covenants* < 1,50x
- (iv) 2021: Dívida Líquida/EBITDA para fins de *covenants* < 1,00x.

“EBITDA para fins de *covenants*”: (+/-) Lucro/Prejuízo Líquido; (+/-) Despesa/Receita Financeira Líquida; (+) Provisão para IRPJ e CSLL; (-) Capex Compra de Dados; (+) Depreciações, Amortizações e Exaustões; (+/-) Resultado Não Operacional; (+/-) Perdas/Lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou Dividendos Recebidos); (+) participação de acionistas minoritários.

O resgate antecipado será equivalente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, acrescido da remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate antecipado, devendo incidir sobre esse valor um prêmio flat calculado conforme abaixo:

Prazo	Prêmio do resgate
A partir de 20.01.2020, inclusive até 31.12.2020	0,45%
A partir de 01.01.2021, inclusive até 31.12.2021	0,35%
A partir de 01.01.2022, inclusive até 31.12.2022	0,25%

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia atendeu aos *covenants* da operação listada acima.

A Companhia está proibida à concessão de mútuos a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.

A Companhia será liberada da exigência de resgate antecipado se autorizado por 90% do total de debenturistas.

As debêntures são instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

14 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Provisão para férias e encargos sobre férias	6.287	8.451	8.360
Programa de participação nos resultados - PPR	20.511	13.895	11.499
Encargos sociais	2.298	2.314	2.453
Outros	651	614	1.694
Total	<u>29.747</u>	<u>25.274</u>	<u>24.006</u>

15 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com os acionistas da Companhia, as quais foram realizadas em preços de mercado. Todos os saldos em aberto com essas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida nos exercícios para dívidas incobráveis ou perdas de créditos esperadas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

De acordo com a definição “evento de alteração de controle” do acordo de Acionistas da Companhia os acionistas controladores são: Associação Comercial de São Paulo e TMG II Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia e os acionistas minoritários são: Associação Comercial do Paraná, Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, Equifax Holdings do Brasil Ltda.

Associação Nacional dos Birôs de Crédito é uma parte relacionada da Companhia pois um membro do pessoal chave da sua administração da Companhia é, também, membro do pessoal chave da administração da entidade (membro do Conselho de Administração).

Balço Patrimonial - Ativo							
Empresa	Natur eza	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2017	
		Contas a Receber	Outros	Contas a Receber	Outros	Contas a Receber	Outros
Associação Comercial de São Paulo	(c)	133	-	207	-	75	-
Associação Comercial do Paraná	(c)	818	-	753	-	800	-
Associação Nacional dos Birôs de Crédito		-	-	-	-	-	14
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	(c)	1.452	-	1.017	-	772	-
Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro	(a) / (c)	3.751	-	1.029	-	213	529
Total		6.154	-	3.006	-	1.860	543

Balço Patrimonial - Passivo							
Empresa	Natureza	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2017	
		Fornecedores		Fornecedores		Fornecedores	
Associação Comercial de São Paulo	(b)	-	-	1.720	-	2.412	-
Total		-	-	1.720	-	2.412	-

Demonstrações de Resultados							
Empresa	Natur eza	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2017	
		Receita Operacio nal	Custos e Despesas	Receita Operacio nal	Custos e Despesas	Receita Operacio nal	Custos e Despesas
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	(c)	8.570	(1.695)	6.093	(693)	5.054	-
Associação Comercial do Paraná	(c)	4.775	(245)	4.636	(409)	5.201	-
Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro	(c)	3.271	(200)	1.896	(1.557)	1.505	-
Associação Comercial de São Paulo	(b) / (c)	810	(1.483)	-	(1.148)	-	(1.438)
Total		17.426	(3.623)	12.625	(3.807)	11.760	(1.438)

- (a) Os outros ativos a receber do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro refere-se ao contrato de mútuo firmado em novembro de 2016 para pagamento em 4 parcelas semestrais com início em maio de 2017, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 2,35% ao ano.
- (b) Refere-se a valores devidos de aluguéis e utilidades dos andares ocupados pela Companhia cujas instalações pertencem à Associação Comercial de São Paulo.
- (c) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados.

15.1 Remuneração dos Administradores

Anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo, cuja despesa foi contabilizada na rubrica “Despesas administrativas e

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Remuneração fixa anual	4.435	4.008	4.040
Remuneração variável	895	555	693
Total da remuneração	<u>5.330</u>	<u>4.563</u>	<u>4.733</u>

16 Adiantamento de clientes

Refere-se aos valores pagos antecipadamente pelos clientes para a futura utilização dos serviços por um determinado período de tempo. A receita desses contratos será reconhecida conforme o uso dos produtos / serviços fornecidos.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Saldo inicial do exercício	15.742	3.929	8.560
Adições	7.732	24.488	19.438
Utilização	(18.663)	(12.675)	(24.069)
Saldo final do exercício	<u>4.811</u>	<u>15.742</u>	<u>3.929</u>

17 Provisões

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Obrigações tributárias (a)	31.052	20.060	13.524
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	7.569	6.506	6.309
	<u>38.621</u>	<u>26.566</u>	<u>19.833</u>
Circulante	12.172	6.357	4.217
Não Circulante	26.449	20.209	15.616
Total	<u>38.621</u>	<u>26.566</u>	<u>19.833</u>

a. Obrigações tributárias

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante			
Pis e Cofins a recolher	2.772	2.769	2.087
Imposto de renda retido na fonte	2.192	2.105	953
IRPJ e CSLL a recolher	5.449	-	-
ISS a recolher	1.645	1.379	1.114
Outros impostos a recolher	114	104	63

Subtotal	12.172	6.357	4.217
Não Circulante	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
INSS sobre verbas indenizatórias (i)	4.355	3.691	3.219
ISS - Base de Pis e Cofins (ii)	9.487	7.700	6.088
Dedutibilidade SEBRAE/INCRA e FNDE (iii)	5.039	2.312	-
Subtotal	18.881	13.703	9.307
Total Obrigações Tributárias (a)	31.053	20.060	13.524

A Companhia discute através de processos judiciais a legalidade sobre o pagamento de certos tributos conforme descritos abaixo:

- (i) **INSS - Verbas indenizatórias**
 Foi ajuizado mandado de segurança pela Companhia para (1) obter o reconhecimento da não incidência da Contribuição Social Previdenciária (INSS-parte da empresa), do SAT/RAT e das Contribuições de Terceiros (Salário Educação; INCRA e Sistema "S") sobre as seguintes verbas: a) 1/3 de férias (gozadas); b) aviso prévio indenizado; c) auxílio-doença (pagamento dos primeiros 15 dias); d) auxílio-acidente; e) férias indenizadas. As alegações do Boa Vista Serviços S.A. em relação aos outros montantes solicitados na apelação não foram concedidas e, como resultado, a sentença de primeira instância não foi revisada em relação a isso. Como não houve manifestação da decisão em relação ao 13º salário indenizado e sobre o abono de férias, foram opostos em, 13.03.2018, embargos de declaração pela Companhia, os quais ainda aguardam julgamento.
- (ii) **ISS - Base de PIS e COFINS**
 Mandado de Segurança ajuizado pela Companhia para obter o reconhecimento do direito líquido e certo de excluir das bases de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, o valor correspondente ao ISS devido pela Companhia, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário em questão, tendo em vista que sobre a parcela de ISS não pode incidir as contribuições sociais que tenham como base de cálculo o faturamento, pois o imposto não é faturamento nem receita bruta da empresa, que simplesmente arrecada e recolhe o tributo. Atualmente, os autos encontram-se sobrestados em razão do RE nº 592.616, com repercussão geral reconhecida, para a análise específica quanto à exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (iii) **Dedutibilidade - SEBRAE, INCRA e FNDE**
 Mandado de Segurança impetrado pela Companhia com o objetivo de ter reconhecida a inconstitucionalidade das Contribuições ao INCRA; Contribuição ao SEBRAE e Contribuição ao FNDE (Salário-educação), haja vista a impossibilidade de que sejam calculadas sobre a folha de salários, por vedação expressa do texto da Constituição Federal, alterado pela EC 33/2001.
 Em 23.05.2019 Certificado o trânsito em julgado da decisão que julgou prejudicado o Agravo interposto pela Boa Vista. Em 24.05.2019 os autos foram arquivados definitivamente.

Abaixo as movimentações das obrigações tributárias sob discussão judicial:

	INSS - Verbas indenizatórias	ISS - Base de Pis e Cofins	Dedutibilidade - Sebrae / Incra / FNDE	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2017	2.473	4.488	-	6.961
Adições de Principal	513	1.148	-	1.661
Adições de juros	233	452	-	685
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.219	6.088	-	9.307
Adições de Principal	299	1.250	2.227	3.776

Adições de juros	173	362	85	620
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.691	7.700	2.312	13.703
Adições de Principal	260	1.368	2.744	4.372
Adições de juros	295	419	92	806
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>4.246</u>	<u>9.487</u>	<u>5.148</u>	<u>18.881</u>

b. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações.

A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Cíveis	3.086	3.394	4.091
Tributárias	769	744	-
Trabalhistas	3.714	2.368	2.218
Total	<u>7.569</u>	<u>6.506</u>	<u>6.309</u>
Circulante	-	-	-
Não Circulante	7.569	6.506	6.309

(i) Provisões para riscos cíveis

A maioria das ações cíveis são decorrentes de processos levantados contra a Companhia nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, requerendo indenizações por danos morais pelo suposto não-envio da notificação prévia prevista pelo artigo 43, parágrafo 2º da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor pela Companhia. Na maioria dessas ações, a empresa comprova o envio de tal notificação obtendo êxito na ação judicial.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão cível apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

(ii) Provisões para risco tributário

Despacho Decisório referente a homologação parcial pela Receita Federal, sob compensação de tributos federais retidos na fonte referente a emissão de notas fiscais, para o pagamento de IRPJ e CSLL do período compreendido entre janeiro de 2011 à dezembro de 2011, declarada através de PERDCOMP.

(iii) Provisões para risco trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas cuja natureza dos principais pedidos são de horas-extras e equiparação salarial. A Companhia também possui processos judiciais trabalhistas de prestadores de serviços terceirizados nos quais a Companhia tem responsabilidade conjunta é subsidiária no processo.

Abaixo as movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	3.794	-	2.511	6.305
Adições	4.248	-	211	4.459
Pagamentos	(3.951)	-	(504)	(4.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.091	-	2.218	6.309
Adições	4.207	744	1.584	6.535
Pagamentos	(4.904)	-	(1.434)	(6.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.394	744	2.368	6.506
Adições	5.938	-	2.131	8.068
Pagamentos	(6.246)	-	(785)	(7.030)
Atualização de juros e multas	-	25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.086</u>	<u>769</u>	<u>3.714</u>	<u>7.569</u>

Passivos contingentes

a. Amortização de ágio fiscal

Em razão de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Companhia discute a dedutibilidade do IRPJ e CSLL referente a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. (R\$25.212) e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo (R\$16.249). O valor atualizado (Selic) do auto de infração é de R\$43.269. A Companhia apresentou impugnação dentro do prazo legal, foi avaliado pela Delegacia de Julgamento correspondente, que julgou procedente na parte da base de dados adquirido pela Associação Comercial de São Paulo. Atualmente está aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. De acordo com o julgamento da administração amparada pela opinião dos advogados, a probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" e, por esse motivo, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

b. Execução fiscal ISS Municipal de Campinas

Execução Fiscal decorrente do auto infração nº 002298/2013, ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Campinas contra a Boa Vista Serviços S.A. para a cobrança de débitos relativos ao ISS sobre a prestação de serviços nos períodos compreendidos entre 01/06/2011 e 31/05/2013 a clientes localizados no Município de Campinas. O impacto financeiro em caso de perda do processo é de R\$1.626.

c. Execução fiscal ISS Municipal de São Paulo

Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo para veicular a exigência de valores referentes ao suposto recolhimento a menor realizado pela Impugnante, relativos ao ISS incidente sobre a atividade de emissão de certificados digitais, bem como multa pelo descumprimento de obrigação acessória, relativa à suposta incorreção na emissão de notas fiscais eletrônicas. O impacto financeiro em caso de perda do processo é de R\$3.478.

d. Contingências trabalhistas

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$1.200 (31 de dezembro de 2018 e 2017 no montante de R\$ 1.640 e R\$ 6.325, respectivamente), cuja estimativa de perda foi considerada “possível” na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2019.

(i) Depósitos Judiciais

A Companhia concedeu garantias aos processos de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias como segue:

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Contingências cíveis	1.732	1.487	1.155
Contingências trabalhistas	1.887	1.756	1.536
Passivos tributários (a)	5.018	2.311	334
Total	8.637	5.554	3.025

- (a) Foram realizados depósitos judiciais referente ao Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de ter reconhecida a inconstitucionalidade das Contribuições ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Contribuição ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Contribuição ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Seguro Garantia

Seguro garantia com limite de cobertura no montante de R\$2.401, efetuado em 2017, referente a Execução Fiscal do Município de Campinas decorrente do auto infração nº 002298/2013, ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Campinas contra a Boa Vista Serviços S.A.

Em 10 de julho de 2019, foi emitida a apólice de seguro garantia no montante de R\$3.354, com gasto total de R\$97 e vigência de 5 anos, referente aos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, relativos ao suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre a atividade de emissão de certificados digitais, bem como multa pelo descumprimento de obrigação acessória.

Essas cobranças tributárias foram questionadas em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia perante o Fórum da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo na mesma data.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em AGE realizada em 10 de dezembro de 2019, houve o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, passando o capital social, atualmente dividido em 124.535 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser dividido em 373.605.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Como reflexo do desdobramento ora aprovado, o limite máximo de ações que podem ser emitidas no âmbito de aumento de capital social da Companhia, passando de 320.000 (trezentas e vinte mil) para até o limite de 960.000.000 (novecentos e sessenta milhões) ações, ordinárias e/ou preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social R\$202.129, é representado por 373.605.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado, no montante de R\$202.129, é representado por 124.535 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, respectivamente).

A composição do capital social da Companhia está demonstrada na tabela abaixo:

Acionistas	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2017	
	Capital Social	%	Capital Social	%	Capital Social	%
Associação Comercial de São Paulo - ACSP	105.032	52%	105.032	52%	105.032	52%
TMG II Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (*)	60.748	30%	60.748	30%	60.748	30%
Equifax do Brasil Ltda.	28.644	14%	28.644	14%	28.644	14%
Associação Comercial do Paraná, Clube dos Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	7.705	4%	7.705	4%	7.705	4%
Total	202.129	100%	202.129	100%	202.129	100%

(*) Em 29 de julho de 2019 o Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A foi substituído pelo fundo TMG II Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (“FIP”) em razão de reorganização societária.

b. Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em AGE realizada em 23 de setembro de 2016, a Sociedade foi autorizada a emitir Bônus de Subscrição aos Acionistas que aderiram ao aumento de capital aprovado na RCA realizada em 25 de agosto de 2016, na quantidade máxima de um Bônus por Acionista, representando cada Bônus, por sua vez, no máximo duas vezes a quantidade de ações ali subscritas. Estas novas ações, caso subscritas em decorrência dos Bônus, serão ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direitos idênticos aos das ações existentes. Esses Bônus poderão ser exercidos, parcial ou totalmente, pelo mesmo preço do referido aumento de capital R\$60.002 corrigidos pelo IPCA até a data da integralização, com prazo máximo de exercício de quatro anos da respectiva emissão.

Ágio na subscrição de ações

Em 2012, a Companhia adquiriu a Equifax do Brasil Ltda. através de um montante pago em ações próprias que representaram 15% de participação no seu capital. O valor justo dos instrumentos patrimoniais transferidos para o adquirido foi de R\$128.250 maior que o valor contábil. Além disso, a subsequente incorporação da Equifax do Brasil Ltda. aumentou a reserva em R\$ 8.080 em 31 de maio de 2011.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembléia. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício	74.432	47.092	17.188
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(15.879)
Lucro líquido considerado para fins de reserva legal	<u>74.432</u>	<u>47.092</u>	<u>1.309</u>
Reserva legal - 5%	(3.722)	(2.355)	(65)
Aplicação inicial do CPC 06(R2)IFRS 16	<u>(1.053)</u>	-	-
Base de cálculo para dividendos mínimo obrigatórios	<u>69.657</u>	<u>44.737</u>	<u>1.244</u>
Pagamento de dividendos intermediários do exercício	(49.120)	-	-
Proposta dividendos complementar do exercício	(20.537)	-	-
Dividendos mínimo obrigatório - 25% (*)	<u>-</u>	<u>(11.184)</u>	<u>(311)</u>
Estorno de dividendo mínimo obrigatório	-	311	-
Transferência para (da) reserva de lucros retidos	-	(10.874)	933

(*) O Dividendos mínimo obrigatório para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi proposto. A Companhia realizou de forma antecipada o pagamento de dividendos em novembro de 2019 com base no resultado até o período findo em 30 de setembro de 2019. Desta forma, a Companhia propôs dividendos complementar do exercício no montante de R\$20.537.

19 Impostos de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(30.421)	(16.662)	(9.062)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:			
Diferenças Temporárias	2.187	3.145	7.933
Compensação de prejuízos fiscais	(10.755)	(7.481)	(6.935)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.568)	(4.336)	998
Total de imposto de renda das operações continuadas	<u>(38.989)</u>	<u>(20.998)</u>	<u>(8.064)</u>

Despesas de impostos de atividades continuadas excluem a despesa com imposto sobre operação descontinuada (veja nota explicativa 21).

b. Reconciliação de despesas fiscais

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	113.421	67.772	23.425
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(38.563)	(23.042)	(7.965)
(Adições) exclusões permanentes:			
Incentivos fiscais (a)	1.863	2.449	262
Despesas não dedutíveis	(2.313)	(487)	(431)
Outros	24	82	70
Total Imposto de renda e contribuição social	<u>(38.989)</u>	<u>(20.998)</u>	<u>(8.064)</u>
Alíquota efetiva	34,38%	30,98%	34,42%

(a) Refere-se a Lei Rouanet, “Lei do Bem” e Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	<u>Saldos em</u>		<u>Reconhecido no resultado</u>		<u>Saldos em</u>		<u>Reconhecido no resultado</u>		<u>Saldos em</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2019</u>
Prejuízo fiscal de CSLL	6.684	-	(1.836)	4.848	144	(2.115)	2.877	-	(2.877)	-
Prejuízo fiscal de IRPJ	18.488	-	(5.099)	13.389	401	(5.912)	7.878	-	(7.878)	-
Provisões diversas (i) e receitas diferidas	14.499	4.356	(318)	18.537	1.353	-	19.890	2.313	-	22.203
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos	39.671	4.356	(7.253)	36.774	1.898	(8.027)	30.645	2.313	(10.755)	22.203
Amortização da carteira de cliente (Equifax) (ii) e receitas a faturar	(5.064)	-	646	(4.418)	-	1.024	(3.394)	-	543	(2.851)
Arrendamento mercantil financeiro	(4.299)	-	3.252	(1.047)	-	764	(283)	(124)	-	(407)
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos	(9.363)	-	3.898	(5.465)	-	1.788	(3.677)	(124)	543	(3.258)
Ativo diferido líquido	30.308	4.356	(3.355)	31.309	1.898	(6.239)	26.968	2.189	(10.212)	18.945

- (i) Refere-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.

Prazo de realização dos impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

A Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base em estimativas de lucros fiscais futuros, que consideraram projeções de crescimentos que refletem as tendências mais recentes. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais. A expectativa da Administração é de que o valor total dos impostos diferidos ativos (R\$18.945) seja realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	<u>2020</u>	<u>Saldos em 31.12.2019</u>
Expectativa de realização do crédito tributário	18.945	18.945

20 Segmentos operacionais

A Companhia possui um segmento reportável em 31 de dezembro de 2019 e dois segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Esses segmentos oferecem diferentes serviços, que são administrados separadamente pois exigem tecnologias diferentes.

O seguinte resumo descreve os produtos do segmento reportável da Companhia:

a. Segmento de serviços para decisão e recuperação

Os principais serviços prestados para decisão e recuperação encontram-se relacionados abaixo:

(i) Serviços para Decisão

Produtos que englobam as Soluções da Boa Vista SCPC oferecidas para suportar empresas e consumidores em suas relações de negócio que envolvem algum tipo de risco. Os produtos de serviços para Decisão são:

a. Soluções Analíticas

Portfólio de produtos foco de venda da Boa Vista SCPC. Além dos dados apresentados nos relatórios de risco, disponibiliza soluções analíticas baseadas em modelos estatísticos para auxiliar empresas a tomarem decisões de negócio mais assertivas e eficientes.

b. Relatórios de Risco

Portfólio de produtos legado. Relatórios com dados cadastrais, demográficos e restritivos, para auxiliar empresas na tomada de decisão de negócios.

c. Soluções de Marketing

Portfólio de produtos para auxiliar empresas a identificar novos clientes e rentabilizar sua carteira. Disponibilizamos soluções com inteligência analítica para suportar empresas a identificar clientes com o perfil mais adequado ao seu *target*.

d. Soluções para o Consumidor

Soluções para suportar o próprio consumidor a gerenciar sua vida financeira. Em caso de consultas ou inclusão de débitos, o consumidor é notificado.

(ii) Serviços de Recuperação

Produtos que engloba as Soluções da Boa Vista SCPC para suportar empresas na recuperação de dívidas. Os produtos de recuperação de serviços são:

a. Soluções Digitais

Portfólio de produtos foco de venda da Boa Vista SCPC. Soluções eficientes para gestão das carteiras inadimplentes dos credores e envio de comunicação de cobrança aos devedores por veículos digitais, como SMS e e-mail.

b. Soluções Impressas e Relatórios

Envio de carta impressa para cobrança de devedores e relatórios com histórico de débitos dos consumidores.

b. Certificação Digital (descontinuada)

Este segmento englobava as Soluções da Boa Vista SCPC para a certificação digital, que funcionava como identidade virtual para pessoas físicas ou jurídicas, com garantia de autenticidade e proteção das informações trocadas (veja nota explicativa 21).

A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) revisa o relatório gerencial interno mensalmente.

Informações sobre segmentos reportáveis

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no Lucro antes dos Resultados Financeiros, Impostos e Depreciação e Amortização - LAJIDA, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação do seu desempenho operacional, pois facilita a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros. O relatório gerencial interno não contém ativos e passivos desagregados por segmentos.

Serviços para decisão e recuperação	Segmentos reportáveis
	31.12.2019
Receita líquida de serviços	661.863
Custo dos serviços prestados	(358.754)
Lucro bruto	303.109
Despesas operacionais	
Com vendas	(59.033)
Gerais e administrativas	(107.021)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(566)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	136.489
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	6.049
Despesas financeiras	(29.117)
	(23.068)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	113.421
Imposto de renda e contribuição social	
Correntes e Diferidos	(38.989)
Lucro do segmento reportável	74.432
Reconciliação do LAJIDA	
Lucro líquido	74.432
Resultado financeiro, líquido	23.068
Imposto e contribuição social	38.989
Depreciação e amortização	148.701
LAJIDA	285.190

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras.
 Exercícios findos em
 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

	Segmentos Reportáveis		Total	Eliminações	Demonstração
	Serviços para Decisão e Recuperação	Certificação Digital (descontinuada)			de Resultados
	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018
Receita líquida de serviços	600.515	271	600.786	(271)	600.515
Custo dos serviços prestados	(352.196)	518	(351.678)	(518)	(352.196)
Lucro bruto	248.319	789	249.108	(789)	248.319
Despesas operacionais					
Com vendas	(59.868)	(307)	(60.175)	307	(59.868)
Gerais e administrativas	(94.806)	-	(94.806)	-	(94.806)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	172	-	172	-	172
Lucro operacional antes do resultado financeiro	93.817	482	94.299	(482)	93.817
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	4.320	-	4.320	-	4.320
Despesas financeiras	(30.365)	-	(30.365)	-	(30.365)
	(26.045)	-	(26.045)	-	(26.045)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>67.772</u>	<u>482</u>	<u>68.254</u>	<u>(482)</u>	<u>67.772</u>
Imposto de renda e contribuição social Correntes e Diferidos	(20.998)	(164)	(21.162)	164	(20.998)
Lucro do segmento reportável	<u>46.774</u>	<u>318</u>	<u>47.092</u>	<u>(318)</u>	<u>46.774</u>
Reconciliação do LAJIDA					
Lucro líquido	46.774	318	47.092		
Resultado financeiro, líquido	26.045	-	26.045		
Imposto e contribuição social	20.998	164	21.162		
Depreciação e amortização	139.628	-	139.628		
LAJIDA	<u>233.445</u>	<u>482</u>	<u>233.927</u>		

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

	Segmentos Reportáveis		Total	Eliminações	Demonstração
	Serviços para Decisão e Recuperação	Certificação Digital (descontinuada)			de Resultados
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017
Receita líquida de serviços	572.019	17.406	589.425	(17.406)	572.019
Custo dos serviços prestados	(367.770)	(4.453)	(372.223)	4.453	(367.770)
Lucro bruto	204.249	12.953	217.202	(12.953)	204.249
Despesas operacionais					
Com vendas	(67.507)	(8.306)	(75.813)	8.306	(67.507)
Gerais e administrativas	(80.648)	(1.880)	(82.528)	1.880	(80.648)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(83)	-	(83)	-	(83)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	56.011	2.767	58.778	(2.767)	56.011
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	1.700	-	1.700	-	1.700
Despesas financeiras	(34.286)	-	(34.286)	-	(34.286)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.586)	-	(32.586)	-	(32.586)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e Diferidos	23.425	2.767	26.192	(2.767)	23.425
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e Diferidos	(8.064)	(940)	(9.004)	940	(8.064)
Lucro do segmento reportável	15.361	1.827	17.188	(1.827)	15.361
Reconciliação do lajida					
Lucro líquido	15.361	1.827	17.188		
Resultado financeiro, líquido	32.586	-	32.586		
Imposto e contribuição social	8.064	940	9.004		
Depreciação e amortização	128.938	-	128.938		
LAJIDA	184.949	2.767	187.716		

Receita líquida por tipo de serviços

Abaixo demonstramos a abertura da receita por tipo de serviços dos quais cada segmento divulgável obtém sua receita:

(i) **Certificação Digital (Alienada em 2017)**

	31.12.2018	31.12.2017
Certificação Digital		
Certificação Digital	271	17.406
Total	271	17.406

Segmentos Geográficos

A Companhia não auferiu receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Maior Cliente

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 as receitas pertencentes a um grupo econômico representaram 14,7% e 16,0% e 17,4%, respectivamente, do total da receita operacional líquida da Companhia. Não há outros clientes que representem mais que 10% da receita total nos exercícios.

21 Operações descontinuadas

Em 23 de outubro de 2017, a Companhia vendeu todo seu segmento de Certificação Digital no valor de R\$1.500 registrado na rubrica “Despesas gerais e Administrativas” no Segmento de Certificação Digital (veja nota explicativa 20). A Administração comprometeu-se com um plano de vender este segmento em 2017 seguindo uma decisão estratégica em focar mais nas competências-chave da Companhia, sendo esta a prestação de serviços de segmentos de serviços para decisão e recuperação.

A alienação consistiu na cessão de direitos de exclusividades da emissão de Certificados Digitais para a compradora. Os ativos e passivos originados da comercialização de certificados digitais pela Companhia até a data de transferência do controle da emissão dos certificados não foram transferidos para a compradora e foram liquidados subsequentemente, de acordo com a competência, impactando o resultado de operações descontinuadas após a conclusão da transação.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	31.12.2018	31.12.2017
Receita líquida de serviços	271	17.406
Custo dos serviços prestados	518	(4.453)
Lucro bruto	789	12.953
Despesas operacionais		
Com vendas	(307)	(8.306)
Gerais e administrativas	-	(1.880)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	482	2.767
Lucro antes das operações descontinuadas	482	2.767
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(164)	(940)
Resultado líquido das operações descontinuadas	318	1.827

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado por ação - básico (em R\$)	-	0,01
Resultado por ação - diluído (em R\$)	-	0,01

b. Fluxos de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas

<i>Em milhares de Reais</i>	31.12.2018	31.12.2017
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(3.196)	564
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	(3.196)	564

c. Efeito da alienação sobre a posição financeira da companhia

Como mencionado acima, os ativos e passivos não foram transferidos para a Compradora, sendo liquidados subsequentemente nas operações da Companhia.

22 Receita líquida de serviços

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Receita bruta de serviços	745.738	677.225	643.913
Impostos sobre serviços (Pis / Cofins / ISS)	(83.875)	(76.710)	(71.894)
Total	661.863	600.515	572.019

Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes (incluindo receitas originárias de operações descontinuadas) por principais linhas de serviços e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia (veja a nota explicativa 20).

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

<i>Em milhares de Reais</i>	Serviços para Decisão e Recuperação			Certificação Digital (Descontinuado)			Total		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Para os exercícios findos									
Principais produtos / linhas de serviços									
Serviços para Decisão									
Soluções Analíticas	280.406	192.740	135.063	-	-	-	280.406	192.740	135.063
Relatórios de risco	201.384	234.395	247.484	-	-	-	201.384	234.395	247.484
Soluções de marketing	46.814	35.918	24.670	-	-	-	46.814	35.918	24.670
Soluções para o consumidor	1	107	57	-	-	-	1	107	57
Serviços de Recuperação									
Soluções Digitais	35.970	16.130	5.601	-	-	-	35.970	16.130	5.601
Soluções impressas e relatórios	97.288	121.225	159.144	-	-	-	97.288	121.225	159.144
Certificação Digital									
Certificação Digital	-	-	-	-	271	17.406	-	271	17.406
	661.863	600.515	572.019	-	271	17.406	661.863	600.786	589.425
Tempo de reconhecimento de receita									
Serviços transferido em momento específico no tempo	661.863	600.515	572.019	-	271	17.406	661.863	600.786	589.425
Receita de contratos com clientes	661.863	600.515	572.019	-	271	17.406	661.863	600.786	589.425
Receita conforme reportado na nota 20	661.863	600.515	572.019	-	271	17.406	661.863	600.786	589.425

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes para prestação de serviços de decisão. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos adiantamentos de clientes era de R\$4.811 mil (31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$15.742 e R\$3.929, respectivamente) que será reconhecido como receita à medida que os serviços sejam utilizados pelo cliente, para mais detalhes ver nota explicativa 16.

O valor de R\$10.938 mil reconhecido em passivos de contratos foi reconhecido como receita durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

23 Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos a abertura analítica dos saldos de custo dos serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, por natureza:

	31.12.2019				31.12.2018				31.12.2017			
	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Cartas - Impressão & Postagem	(67.766)	-	-	(67.766)	(97.111)	-	-	(97.111)	(149.785)	-	-	(149.785)
Base de Dados	(4)	-	-	(4)	(1.504)	-	-	(1.504)	(2.188)	-	-	(2.188)
Outros Custos Variáveis	(7.091)	-	-	(7.091)	(2.519)	-	-	(2.519)	(2.567)	-	-	(2.567)
Pessoal	(50.913)	(30.220)	(55.582)	(136.715)	(42.244)	(30.407)	(50.013)	(122.664)	(41.350)	(33.128)	(42.661)	(117.139)
Remuneração Entidades	-	(9.303)	-	(9.303)	-	(12.336)	-	(12.336)	-	(15.328)	-	(15.328)
Comissão Representantes e Parceiros	-	(6.679)	-	(6.679)	-	(5.263)	-	(5.263)	-	(6.643)	-	(6.643)
Prestação de Serviços	(53.435)	(1.315)	(6.969)	(61.719)	(37.818)	(973)	(4.143)	(42.934)	(14.501)	(1.241)	(4.661)	(20.403)
Manutenção	(28.658)	(708)	(2.600)	(31.966)	(29.214)	(1.594)	(1.061)	(31.869)	(27.906)	(957)	(1.992)	(30.855)
Consultoria, Auditoria e Assessoria	(1.380)	(65)	(7.408)	(8.853)	(390)	(52)	(5.931)	(6.373)	(258)	(49)	(2.483)	(2.790)
Legais	-	(2)	(17.928)	(17.930)	-	-	(14.007)	(14.007)	-	(3)	(11.138)	(11.141)
Propaganda & Promoção	(114)	(2.254)	(1.272)	(3.640)	(89)	(1.396)	(1.111)	(2.596)	(50)	(1.504)	(513)	(2.067)
Eventos	(19)	(1.110)	(259)	(1.388)	-	(748)	(228)	(976)	-	(600)	(179)	(779)
Prediais & Utilidades	(2.666)	(1.477)	(4.182)	(8.325)	(2.827)	(1.639)	(4.814)	(9.280)	(2.556)	(2.006)	(5.759)	(10.321)
Telefone	(3.676)	(304)	(51)	(4.031)	(3.345)	(330)	(54)	(3.729)	(2.876)	(396)	(81)	(3.353)
Viagem, Locomoção e Diárias	(156)	(2.089)	(469)	(2.714)	(157)	(1.880)	(439)	(2.476)	(150)	(2.015)	(340)	(2.505)
Material Consumo, Escritório e Outros	(113)	(61)	(316)	(490)	(96)	(54)	(355)	(505)	(83)	(68)	(299)	(450)

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Televendas	97	(3.435)	-	(3.338)	180	(3.187)	(97)	(3.104)	-	(3.501)	-	(3.501)
Call Center	(102)	-	(1.597)	(1.699)	(28)	-	(1.286)	(1.314)	(4)	-	(1.230)	(1.234)
Perdas incobráveis de clientes	-	-	(2.398)	(2.398)	-	-	(2.784)	(2.784)	-	-	(2.776)	(2.776)
Depreciação & Amortização	(142.764)	-	(5.937)	(148.701)	(135.047)	-	(4.581)	(139.628)	(123.682)	-	(5.256)	(128.938)
Outros	6	(11)	(52)	(58)	13	(9)	(3.902)	(3.898)	186	(68)	(1.280)	(1.162)
Total	(358.754)	(59.033)	(107.020)	(524.807)	(352.196)	(59.868)	(94.806)	(506.870)	(367.770)	(67.507)	(80.648)	(515.925)

24 Resultado Financeiro

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas financeiras:			
Descontos obtidos	332	11	53
Juros e multas	829	1.026	823
Rendimentos sobre aplicações	4.776	1.997	609
Outras receitas financeiras	112	1.286	215
Total receitas financeiras	<u>6.049</u>	<u>4.320</u>	<u>1.700</u>
Despesas financeiras:			
Descontos concedidos	(449)	(546)	(1.440)
Juros e multas passivos	(35)	590	(3.839)
Com arrendamento mercantil	(1.355)	-	(751)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	(6.856)	(12.209)	(6.407)
Encargos financeiros sobre debêntures	(19.369)	(15.228)	(20.095)
Outras despesas financeiras	(1.053)	(2.972)	(1.754)
Total despesas financeiras	<u>(29.117)</u>	<u>(30.365)</u>	<u>(34.286)</u>
Resultado financeiro	<u>(23.068)</u>	<u>(26.045)</u>	<u>(32.586)</u>

25 Lucro por ação básico e diluído

Básico

(i) Lucro do exercício básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	74.432	47.092	17.188
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro líquido básico por ação (*)	373.605.000	373.605.000	373.605.000
Lucro líquido básico por ação - R\$	<u>0,20</u>	<u>0,13</u>	<u>0,05</u>

(*) Conforme aprovado pelo AGE realizada em 10 de dezembro de 2019, as ações foram divididas na proporção de 1 a 3.000. Dessa forma, para o cálculo do lucro por ação, os números históricos das ações foram ajustados para refletir esse desdobramento, como se tivesse ocorrido no início de 2017.

(ii) Lucro do exercício básico - Operações continuadas

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	74.432	46.774	15.361
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro líquido básico por ação (*)	373.605.000	373.605.000	373.605.000
Lucro líquido básico por ação das Operações continuadas - R\$	<u>0,20</u>	<u>0,13</u>	<u>0,04</u>

(*) Conforme aprovado pelo AGE realizada em 10 de dezembro de 2019, as ações foram divididas na proporção de 1 a 3.000. Dessa forma, para o cálculo do lucro por ação, os números históricos das ações foram ajustados para refletir esse desdobramento, como se tivesse ocorrido no início de 2017.

Diluído

(i) Lucro do exercício diluído

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro do exercício	74.432	47.092	17.188
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação (*)	373.605.000	373.605.000	373.605.000
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações (a)	5.646.000	4.086.000	4.098.000
Potencial bônus de subscrição	41.322.000	41.322.000	41.322.000
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>420.573.000</u>	<u>419.013.000</u>	<u>419.025.000</u>
Lucro por ação diluído - R\$	<u><u>0,18</u></u>	<u><u>0,11</u></u>	<u><u>0,04</u></u>

(*) Conforme aprovado pelo AGE realizada em 10 de dezembro de 2019, as ações foram divididas na proporção de 1 a 3.000. Dessa forma, para o cálculo do lucro por ação, os números históricos das ações foram ajustados para refletir esse desdobramento, como se tivesse ocorrido no início de 2017.

- (a) a quantidade utilizada para potencial incremento nas ações ordinárias é referente a quantidade das opções vestidas do plano de Stock Option da Companhia, considerando os beneficiários ativos do plano e quantidade máxima de bônus por acionista.
- (b) a quantidade utilizada para potencial incremento nas ações ordinárias é referente a um Bônus de Subscrição a cada acionista que aderiu ao aumento de capital da Companhia em 2016, representando cada Bônus, por sua vez, no máximo duas vezes a quantidade de ações ali inscritas, conforme nota explicativa 18.b.

(ii) Lucro do exercício diluído das Operações continuadas

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	74.432	46.774	15.361
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação	373.605.000	373.605.000	373.605.000
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	5.646.000	4.086.000	4.098.000
Potencial bônus de subscrição	41.322.000	41.322.000	41.322.000
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>420.573.000</u>	<u>419.013.000</u>	<u>419.025.000</u>
Lucro por ação diluído das operações continuadas - R\$	<u><u>0,18</u></u>	<u><u>0,11</u></u>	<u><u>0,04</u></u>

26 Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo o nível de hierarquia do valor justo.

	Notas Explicativas	31.12.2019			Valor justo
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	7	56.847	-	56.847	56.847
Contas a receber	8	-	100.131	100.131	-
Total		56.847	100.131	156.978	56.847

	Notas Explicativas	31.12.2019			Valor justo
		Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Fornecedores	11	-	40.714	40.714	-
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento mercantil	12 e 13	-	290.679	290.679	-
Empréstimos, Financiamentos e Derivativos	12 e 13	299	-	299	299
Dividendos a pagar		-	20.537	20.537	-
Total		299	351.930	352.229	299

	Notas Explicativas	31.12.2018			Valor justo
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	7	118.085	-	118.085	118.085
Contas a receber	8	-	95.789	95.789	-
Total		118.085	95.789	213.874	118.085

	Notas Explicativas	31.12.2018			Valor justo
		Passivos a valor justo por meio do resultado	Custos amortizados	Total	Nível 2
Passivo, conforme balanço patrimonial					

Fornecedores	11	-	39.394	39.394	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12 e 13	-	262.322	262.322	-
Empréstimos, Financiamentos e Derivativos		2.244	-	2.244	2.244
Partes relacionadas	15	-	1.720	1.720	-
Dividendos a pagar	18.d)	-	11.184	11.184	-
Total		2.244	314.620	316.864	2.244

		31.12.2017			Valor justo
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	7	52.085	-	52.085	52.085
Contas a receber	8	-	87.966	87.966	-
Partes relacionadas	15	-	543	543	-
Total		52.085	88.509	140.594	52.085

		31.12.2017			Valor justo
		Passivos a valor justo por meio do resultado	Custos amortizados	Total	Nível 2
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Fornecedores	11	-	54.194	54.194	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12 e 13	-	236.809	236.809	-
Partes relacionadas	15	-	2.412	2.412	-
Dividendos a pagar	18.d)	-	311	311	-
Total		-	293.726	293.726	-

Mensuração do valor justo

A Companhia avaliou que as contas a receber de clientes, partes relacionadas a receber e a pagar, fornecedores, e outros ativos e passivos são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo de empréstimos e financiamento e debêntures mensurados a custo amortizado se aproximam em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

O método de apuração do valor justo do *swap* cambial consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco de crédito.

(i) ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de variação cambial.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de câmbio resultante de um instrumento financeiro em moedas diferentes de sua moeda funcional. Para a redução da referida exposição, foi implantada política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Companhia contratou *swap* cambial para proteger fluxos de caixa de variação cambial do empréstimo de capital de giro em Dólares Americanos com o Banco ABC Brasil, no valor inicial de US\$5.856 equivalente a R\$20.000 em 24 de abril de 2018. A ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “*swap*” é remunerada ao dólar (D-1) mais 7,41% a.a. e a ponta passiva é remunerada à 100% da taxa média diária de juros do DI mais juros de 4,91% a.a. com vencimento até 2020. Em abril de 2019, houve a liquidação antecipada do empréstimo e seus respectivos *swaps* no montante de R\$10.363 (ver nota explicativa 12).

A Companhia contratou *swap* cambial para proteger fluxos de caixa de variação cambial do empréstimo de capital de giro em Dólares Americanos com o Banco do Brasil, no valor inicial de US\$7.320 equivalente a R\$29.794 em 17 de dezembro de 2019. A ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “*swap*” é remunerada ao dólar (D-1) mais 3,42% a.a. e a ponta passiva é remunerada à 100% da taxa média diária de juros do DI mais juros de 1,67% a.a. com vencimento até 2020 (ver nota explicativa 12).

A Companhia contratou *swap* cambial para proteger fluxos de caixa de variação cambial do empréstimo de capital de giro em Euro com o Banco Votorantim, no valor inicial de €6.620 equivalente a R\$30.000 em 17 de dezembro de 2019. A ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “*swap*” é remunerada ao Euro (D-1) mais 1,63% a.a. e a ponta passiva é remunerada à 100% da taxa média diária de juros do DI mais juros de 2,45% a.a. com vencimento até 2020 (ver nota explicativa 12).

Em 31 de dezembro de 2019, a posição individual do contrato de “swap” é a seguinte:

Vencimento da operação	Valorização			Valor justo (mercado)
	Nocional R\$	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor a receber / (pagar)
19.12.2019 e 19.06.2020	30.000	3	10	(7)
22.12.2019 e 03.07.2020	29.794	301	289	12

Risco de taxa de juros

Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia mantém na sua maioria os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou CDI.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Companhia.

Dentre as alternativas para mitigação do risco de liquidez, estão: captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, reestruturação de dívidas e, se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiro e os ativos financeiros que utilizamos no gerenciamento do risco de liquidez. Os passivos financeiros incluem os valores brutos e não descontados de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período:

31.12.2019

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	56.847	56.847	56.847	-	-	-
Contas a receber	107.043	107.043	100.131	6.912	-	-
Passivos Financeiros						
Fornecedores	(40.714)	(40.714)	(40.714)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos	(79.570)	(79.570)	(69.160)	(10.410)	-	-
Arrendamento mercantil	(20.750)	(20.750)	(6.562)	(7.847)	(4.785)	(1.556)
Debêntures	(190.359)	(190.359)	(65.479)	(63.333)	(61.547)	-
Dividendos a pagar	(20.537)	(20.537)	(20.537)	-	-	-
	(188.040)	(188.040)	(45.474)	(74.678)	(66.332)	(1.556)

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$77.336. A Administração da Companhia entende que a geração de caixa operacional, conforme resultados recentes, e juntamente com futuros fluxos de caixa esperados, serão suficientes para atender as obrigações e necessidades operacionais da Companhia para o próximo ano. No entanto, no caso de necessidades adicionais de caixa, a Companhia possui linhas de crédito disponíveis com instituições financeiras que podem ser usadas para atender necessidades operacionais futuras.

(iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes.

O gerenciamento do Risco de Crédito se dá pelo próprio modelo operacional da Companhia, no qual a imensa maioria das vendas é realizada na modalidade de venda a prazo com exíguo prazo para pagamento e o restante é realizado através de pagamento antecipado. Ainda assim são feitas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como são adotadas formas eficazes de cobrança. A concessão de crédito pela Companhia é feita seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos - *score*, combinados com informações internas própria do nosso negócio, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados com base nos índices de perdas históricas das safras de concessão da carteira.

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento, ver nota explicativa 8.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 e, perdas esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referentes à Contas a receber, veja nota explicativa 8.

Equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas, instituições financeiras de primeira linha, e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Análise de sensibilidade (Risco de mercado)

A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, *swap* e debentures. Os instrumentos financeiros passivo foram desagregados em dívidas remuneradas pelo CDI/Selic, dívidas remuneradas à taxa de juros de longo prazo – TJLP, dívida em dólares americanos e Euros.

Em 31 de dezembro de 2019, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2020 conforme segue: (i) a taxa do CDI/Selic em 4,25% a.a. e taxa dólar americano de R\$ 4,10, com base na projeção do Banco Central do Brasil; (ii) a taxa do Euro de R\$ 4,58, taxa TJLP em 4,78% a.a. e taxa IGP-M em 4,54% a.a. com base nas informações divulgadas pelos dois maiores bancos do Brasil.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade sobre o impacto no resultado da variação cambial e variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição em 31.12.2019	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Risco cambial						
Swap - Banco do Brasil	29.550	Baixa do USD	R\$ 4,10	508	8.023	15.537
Crédito internacional (objeto) - Banco do Brasil	(29.550)	Alta do USD	R\$ 4,10	(508)	(8.023)	(15.537)
Swap - Banco Votorantim	30.050	Baixa do Euro	R\$ 4,58	355	7.956	15.557
Crédito internacional (objeto) - Banco Votorantim	(30.050)	Alta do Euro	R\$ 4,58	(355)	(7.956)	(15.557)
Efeito líquido da exposição cambial	-			-	-	-
Risco de taxa de juros						
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	44.603	Baixa do CDI	4,25%	1.896	2.370	2.843
Debêntures	(190.359)	Alta do CDI	4,25%	(8.090)	(10.113)	(12.135)
Empréstimos com Swap	(59.600)	Alta do CDI	4,25%	(2.533)	(3.166)	(3.800)
Empréstimos/Arrendamentos em moeda local	(18.336)	Alta do CDI	4,25%	(779)	(974)	(1.169)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	(8.602)	Alta da TJLP	4,78%	(411)	(513)	(616)
Arrendamento mercantil	(13.782)	Alta do IGP-M	4,54%	(626)	(782)	(939)
Exposição líquida e impacto do risco de taxa de juros	(246.076)			(10.543)	(13.179)	(15.815)

A Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Companhia monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia monitora sua estrutura de capital realizando ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimo e financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa nº 7)	(56.847)	(118.085)	(52.085)
(+) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (nota explicativa nº 12 e 13)	290.679	262.322	236.809
Endividamento líquido	233.832	144.237	184.724
Total do patrimônio líquido	350.944	381.800	345.193
Índice de endividamento líquido	66,63%	37,78%	53,51%

27 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$125.010 (R\$134.256 em 31 de dezembro de 2018 e R\$184.857 em 31 de dezembro de 2017), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	22.700
Riscos nomeados (incêndio, vendaval, fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo, alagamento e inundação)	125.010
Lucros cessantes	13.200

28 Plano de pagamento baseado em ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Companhia, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Companhia, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Companhia, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Companhia, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

O potencial total de diluição do plano é de 5.646.000 ações e o período de “*vesting*” é:

- 1º ano Aquisição de 5% dos direitos
- 2º ano Aquisição de 10% dos direitos
- 3º ano Aquisição de 15% dos direitos
- 4º ano Aquisição de 20% dos direitos
- 5º ano Aquisição de 25% dos direitos
- 6º ano Aquisição de 25% dos direitos

O valor justo dos planos de opções foi avaliado com base na fórmula de Black-Scholes-Merton.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

Premissa	1ª Outorga
Volatilidade esperada	30,0%
Taxa de juros livre de risco	10%
Valor justo das ações	R\$ 8.800,00
Preço do exercício	R\$ 8.800,00 + IGP-M
Dividendos esperados	1,5%
Prazo de vida das opções	10 anos

Abaixo a movimentação dos saldos de *stock options*:

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	<u>3.796</u>	<u>3.406</u>	<u>3.300</u>
Adições	259	440	360
Baixas	<u>(41)</u>	<u>(50)</u>	<u>(254)</u>
Saldo final	<u>4.014</u>	<u>3.796</u>	<u>3.406</u>

Abaixo a movimentação das quantidades de opções *vested*:

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	<u>4.086.000</u>	<u>4.098.000</u>	<u>4.158.000</u>
Adições	1.902.000	438.000	-
Baixas	<u>(342.000)</u>	<u>(450.000)</u>	<u>(60.000)</u>
Saldo final	<u>5.646.000</u>	<u>4.086.000</u>	<u>4.098.000</u>

29 Transações não envolvendo caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Aquisição de intangível	5.070	2.318	6.358
Fornecedores a pagar	(5.070)	(2.318)	(6.358)
Proposta dividendos (mínimo obrigatório)	-	(11.184)	(311)
Proposta dividendos complementar do exercício	(20.537)	-	-

30 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrendava andares de prédio comercial, sob arrendamento operacional. Esse arrendamento dura 10 anos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos não canceláveis são como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Menos de um ano	-	2.422	2.422
Entre um e cinco anos	-	9.689	9.689
Mais de cinco anos	<u>-</u>	<u>6.257</u>	<u>8.680</u>
Total	<u>-</u>	<u>18.368</u>	<u>20.791</u>

A Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$2.422 de despesas com arrendamentos mercantis operacionais em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.615 em 31 de dezembro de 2017). O arrendamento teve carência de nove meses de aluguel, iniciando o pagamento a partir de junho de 2017.

31 Eventos subsequentes

Não houve eventos não ajustáveis relevantes após o período de relatório que exigisse divulgação.

32 Outros assuntos

Em AGE realizada em 10 de dezembro de 2019, A Companhia aprovou o Plano de Outorga de Ações Restritas. O plano tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo Comitê a oportunidade de receber Ações Restritas, de modo a promover: (a) a retenção dos Beneficiários; (b) o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários e o fortalecimento da cultura de meritocracia, e (c) o alinhamento de interesse entre os Beneficiários e os acionistas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve outorga por parte da Companhia.

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas, os membros do Conselho Fiscal da Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”), em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinam favoravelmente à sua aprovação pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

Antonio Carlos Pela

Antonio Eustáquio Lima Saraiva

Roberto Penteadó de Camargo Ticoulat

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

DIRCEU JODAS GARDEL FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.612.888 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 104.674.268-05, com endereço comercial na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 11.725.176/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

28 de fevereiro de 2020.


DIRCEU JODAS GARDEL FILHO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ISOLÍRIO SCHONEBORN, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 15.603.276-4 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 066.731.688-46, com endereço comercial na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, na qualidade de Diretor Financeiro da **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 11.725.176/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

28 de fevereiro de 2020.



ISOLÍRIO SCHONEBORN
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores